

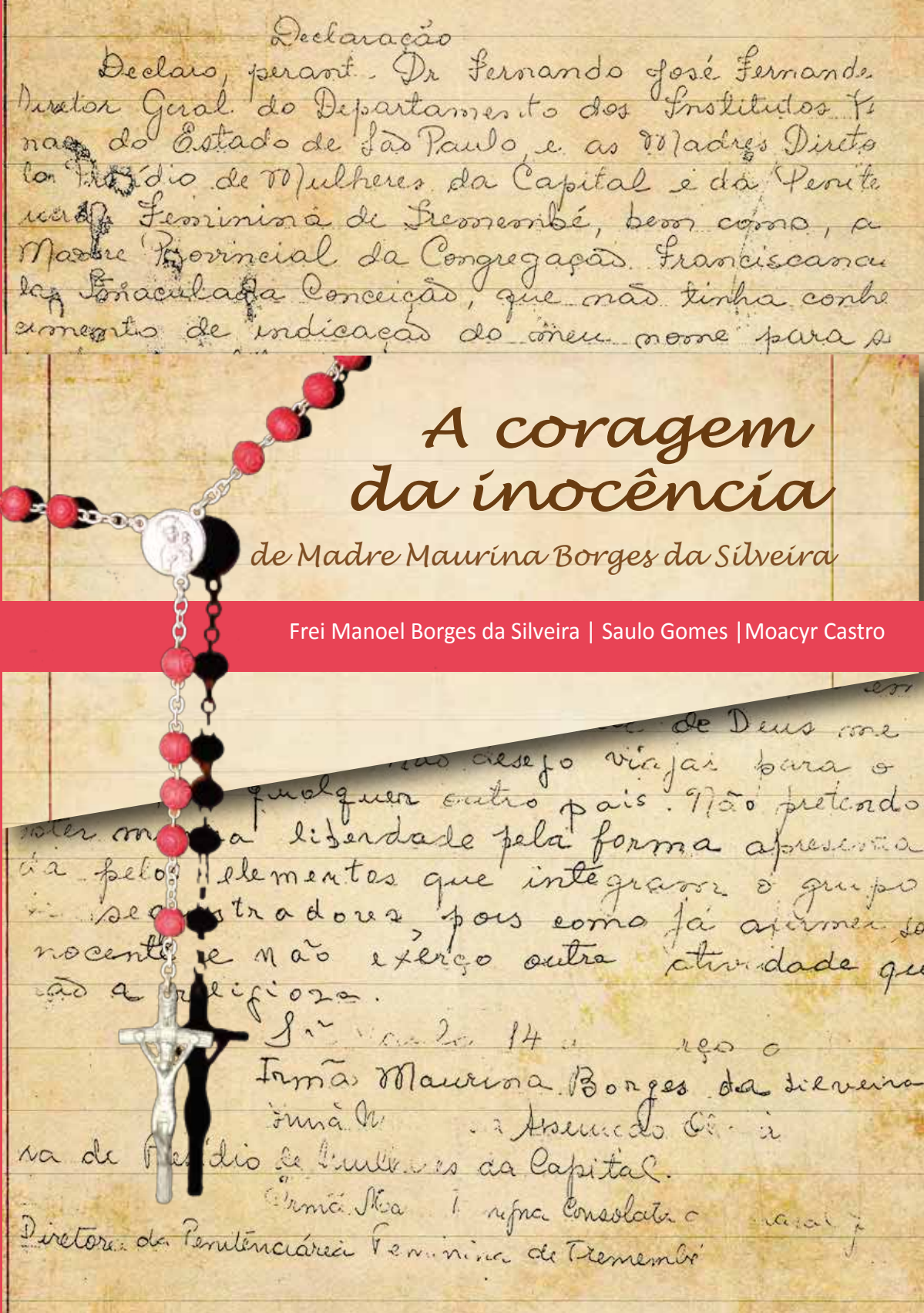
Só uma ditadura arranca da sociedade uma pessoa que, ela sabe, é inocente, e a persegue, prende, tortura e bane do País onde vivia sua missão de cuidar de crianças sem pai, mãe ou família. Para aqueles meninos e meninas, ela foi, a um só tempo, tudo e todos. A coragem e a inocência contadas neste livro são de madre Maurina Borges da Silveira, cuja verdade é resgatada, meio século após o golpe militar, por iniciativa de seu irmão, frei Manuel Borges da Silveira. Era diretora do Lar Santana, orfanato para meninas em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, quando foi presa pela Operação Bandeirante (Oban) a 25 de outubro de 1969, aos 43 anos, acusada de ceder uma sala da creche para reunião de estudantes. Não os conhecia nem sabia serem simpáticos à Frente Armada de Libertação Nacional (Faln). Mas foi motivo suficiente para que a repressão aproveitasse para tirar de circulação aquela freira que teve a coragem de desafiar figuras, cujas filhas engravidaram fora do casamento, um escândalo maior para a sociedade da época. Ao tentar devolver as crianças para seus verdadeiros pais, acabou vítima inconfessável do poder armado e do poder econômico. Presa em Ribeirão Preto, Cravinhos, Tremembé, São Paulo e até no avião da FAB que a levou para o exílio, Maurina passou por humilhações perpetradas por soldados, agentes, delegados e oficiais do Exército. Mas conheceu e sofreu ao lado de pessoas humildes e guerreiras, que ela nem conhecia, mas algumas tornaram-se conhecidas, quando a liberdade voltou. Quase todas contam neste livro suas lembranças vividas e sofridas com a madre nos cárceres. Solidárias, acompanharam seu destemor de se dirigir por carta a ministros da Justiça da ditadura (ditadura tem isso) revelando suas justas razões para não ser exilada e sempre jurando inocência. A ditadura fez muitas Maurinas, cuja coragem da inocência ajuda e ajudará o Brasil a limpar sua vida.

Moacyr Castro é jornalista



ABAP - Associação Brasileira de Anistiados Políticos

A coragem da inocência | de Madre Maurina Borges da Silveira



A Associação Brasileira de Anistiados Políticos – ABAP, foi fundada em 1995, por Carlos Fernandes, um perseguido pela ditadura. A ABAP tem como finalidade principal lutar pelos direitos dos perseguidos e punidos políticos durante o Regime Militar, trabalha pelo aperfeiçoamento das Leis da Anistia, tem uma política contrária à discriminação de qualquer espécie, não tem fins lucrativos, é defensora dos direitos humanos. A primeira Lei de Anistia, em 1979, teve o grande mérito de reabrir as portas do Brasil aos seus exilados e libertar os que aqui permaneciam presos. Permitiu o retorno ao trabalho dos que haviam sido demitidos em havendo interesse das empresas estatais, dando-lhes prazo para reversão e aposentando compulsoriamente os que não fossem aceitos. Em novembro de 1996, a ABAP promoveu o 1º Congresso Brasileiro de Anistia, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados e, a partir daí, passou a ser respeitada e ouvida no Congresso, nos Ministérios, na Presidência da República. No final do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 13 de novembro de 2002, a Lei 10.559 foi votada e aprovada por unanimidade no Congresso Nacional. Começamos a vencer as resistências. A ABAP, perseguida e criticada por sua persistência e incorruptibilidade, dezoito anos depois, orgulha-se de sua consolidação. Alexandrina Cristensen de Souza, esposa de Carlos Fernandes, lutou ao lado do marido com garra, durante todos esses anos, e nos deixaram com a responsabilidade e a certeza de levarmos adiante seu sonho!

Saulo Gomes
Presidente
ABAP - Associação Brasileira de
Anistiados Políticos



Madre Maurina Borges da Silveira



Foto: Frei Manoel conduz oração na presença de Irmã Maurina e outros religiosos.
Acervo da família.

Frei Manoel Borges da Silveira

Organização
Saulo Gomes

Texto final
Moacyr Castro

Planejamento Gráfico e Capa
Adriana Silva

Realização
ABAP - Associação Brasileira de Anistiados Políticos

Presidente
Saulo Gomes
Vice-Presidente

Antonio Alves Assis Diniz
1º Secretário
Lúcio de Brito Castelo Branco
2º Secretário

Evaristo do Nascimento
1º Tesoureiro
Lindoaldo Rodrigues Duque
2º Tesoureiro

João Batista de Paula

Este livro não será vendido. Sua distribuição será feita pela
ABAP e o conteúdo será disponibilizado no site da Associação.

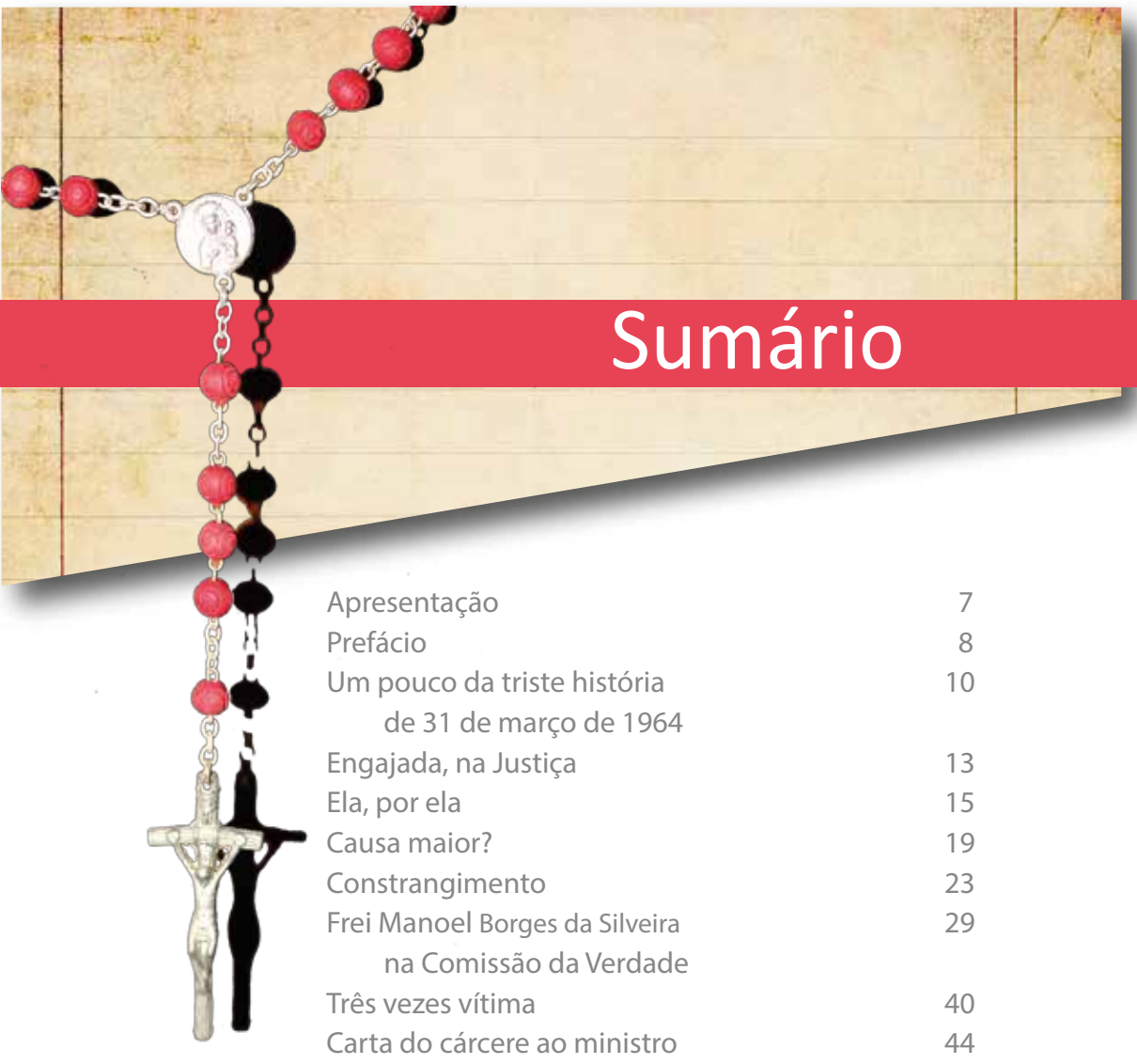
A11192

A coragem da inocência de Madre Maurina Borges da Silveira / Frei
Manoel Borges da Silveira; Saulo Gomes; Moacyr Castro. - Brasília - DF:
ABAP - Associação Brasileira de Anistiados Políticos - IPCCIC - Instituto
de Identidades Culturais. 2014.

100 páginas

ISBN: 978-85-67042-07-7

1. Biografia. 2. História do Brasil. 3. Política. I. SILVEIRA, Frei Manoel
Borges da. II. GOMES, Saulo. III. CASTRO, Moacyr. IV. Título: A coragem
da inocência de Madre Maurina Borges da Silveira.



Sumário

Apresentação	7
Prefácio	8
Um pouco da triste história de 31 de março de 1964	10
Engajada, na Justiça	13
Ela, por ela	15
Causa maior?	19
Constrangimento	23
Frei Manoel Borges da Silveira na Comissão da Verdade	29
Três vezes vítima	40
Carta do cárcere ao ministro	44
Carta do exílio ao ministro	48
Dilma Rousseff: uma história comum	54
Ela, por elas	59
Ela, por eles	81



Foto: Irmã Maurina, na fileira acima, entre seus familiares. Acervo da família.

Apresentação

“A CORAGEM DA INOCÊNCIA”

Só uma ditadura é conduzida por homens, ditos seres humanos, capazes de arrancar da sociedade uma pessoa que, eles sabem, é inocente, e persegui-la, prendê-la, torturá-la e bani-la do País onde vivia sua missão de cuidar de crianças sem pai, mãe ou família. Para aqueles meninos e meninas, ela foi, a um só tempo, tudo e todos. A “coragem” e a “inocência” são de madre Maurina Borges da Silveira. A “covardia” e a “culpa” são dos ditadores e seus cúmplices, corajosos só enquanto os acoberta a ditadura, mas serão covardes e culpados para sempre.

É um trabalho de fé de seus familiares, inspirados na luta de seu irmão frei dominicano Manoel Borges da Silveira, que aos 83 anos não desiste nem se omite na defesa dos injustiçados. Não é uma obra de reparação de injustiças, mas um alerta para a sociedade jamais fugir à sua obrigação de vigiar o Poder e não se submeter às suas arbitrariedades.

A ABAP – Associação Brasileira dos Anistiados Políticos reúne em “A coragem da inocência”, com realização do jornalista Saulo Gomes e texto final do jornalista Moacyr Castro, a indignação jamais esquecida daqueles que viveram e sofreram o estoicismo desta religiosa, que nem conhecia o significado das acusações que lhe faziam. Mas sempre soube de quem partiu a vingança dos que a queriam longe de suas consciências manchadas. Todos, das famílias ricas que abandonaram seus filhos pequenos numa creche, carcereiros, policiais e patrocinadores das crueldades, aos ministros e presidentes militares, foram atingidos pela coragem da inocência da madre Maurina e condenados pela grandeza dela mesma, que, ainda assim, os perdoou.

PREFÁCIO

Neste ano, o golpe militar no Brasil completa 50 anos. O fatídico 31 de março de 1964 representou a expansão da cultura autoritária no Brasil. A violência nas ruas, de uma ditadura que assassinou, torturou, prendeu e perseguiu desde o seu primeiro dia de existência, ganhou expressão institucional e simbólica ao se declarar vaga a presidência da República, estando o presidente, democraticamente eleito, dentro do território nacional.

A violência e o medo social se disseminaram. À quebra da Constituição democrática de 1946, seguiu-se a edição do AI-1. As lesões às liberdades públicas e aos direitos políticos, as cassações arbitrárias dos postos de trabalho, as prisões e inquéritos policiais militares instituíram o lastro da "nova legalidade".

O projeto de país foi interrompido: o entusiasmo dos anos 60 e suas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais inquietavam aos conservadores e ameaçavam as elites nacionais. O apoio internacional ao golpe, no contexto da Guerra Fria, reforçou ainda mais o substrato ideológico que justificou a "manutenção da ordem contra a subversão".

Ao olhar para trás e resgatar a história de meio século do Brasil, nos vemos, no tempo presente, diante de um processo transicional ainda pendente – de exercício da memória, da reflexão, da justa homenagem às vítimas, das formas de reparação e da busca por justiça.

É neste contexto de luta pelo resgate da memória histórica que nasce esta obra, dedicada à Madre Maurina Borges da Silveira, escrita por seu irmão, Frei Manoel Borges da Silveira. A publicação cumpre o papel fundamental de redescobrir e resignificar a história da luta da mulher contra a ditadura, lembrando as violências as quais foram submetidas.

A obra traz à tona uma discussão ainda pendente no processo transicional brasileiro: a questão do gênero nos processos autoritários e repressivos. Permite também uma reflexão acerca da permanência da violência de gênero nos dias atuais, conectando o passado com o presente.

Madre Maurina Borges da Silveira era diretora do Lar Santana, um orfanato para meninas em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, e foi presa pela Operação Bandeirante (Oban) no dia 25 de outubro de 1969, aos 43

anos, acusada de ceder uma sala, no porão do edifício, para reuniões de estudantes militantes da Frente Armada de Libertação Nacional (Faln). Foi encarcerada nos presídios de Cravinhos no DOPS e nas penitenciárias de Tiradentes e Tremembé. Durante os cinco meses de sua prisão, foi submetida a torturas, assédio sexual e a outras violações de seus direitos humanos básicos.

Em 1970, foi trocada pelo cônsul japonês Nobuo Okuchil, sequestrado pelo grupo Vanguarda Popular Revolucionário (VPR), em 11 de março. Segundo Frei Manoel, em depoimento à Comissão da Verdade, Madre Maurina enviou ao Ministério da Justiça cartas manifestando o seu desejo de permanecer no Brasil: “atormenta-me a perspectiva de não poder rezar ajoelhada sobre a terra que me viu nascer”. Três dias depois, entrou no avião que a levaria ao México, país em que viveria por 14 anos. Regressou ao Brasil em 1973.

A história de Madre Maurina simboliza o sofrimento de tantas outras mulheres, cujas vozes foram caladas pela ditadura. A obra, dessa forma, ao resgatar a memória de Maurina, recupera também a memória de outras mulheres heroínas, protagonistas na luta contra a ditadura, na busca pela verdade e pela investigação dos crimes cometidos no período de exceção, na luta pela anistia, dando-lhes voz e visibilidade.

À Associação Brasileira de Anistiados Políticos, e a todos que trabalharam neste belo projeto, fica um sincero agradecimento da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça pelo engajamento ao movimento nacional pró-memória.

Neste cinquentenário do Golpe, a memória de Madre Maurina nos chama de maneira inequívoca para a nossa obrigação cidadã de denunciar e combater qualquer tipo de violência contra a mulher. No passado, hoje e sempre.

Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

Paulo Abrão
Presidente da Comissão de Anistia
Secretário Nacional de Justiça

UM POUCO DA TRISTE HISTÓRIA DE 31 DE MARÇO DE 1964

Está formada a Rede da Legalidade: Rádio Mayrink Veiga, sob nossa responsabilidade; Rádio Nacional do Rio, dirigida pelo companheiro Emilsom Fróes e dezenas de emissoras país afora.

Acompanhados por valentes colegas repórteres e técnicos que, como nós, protestam contra o golpe, documentamos, naqueles dias sombrios, os grandes momentos de tensão: transmitimos, da sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Bairro do Riachuelo, a palavra de ordem dos marinheiros ali amotinados e registramos reuniões nos clubes militares, da Marinha, Aeronáutica e Exército.

Nas ruas, percebíamos a presença dos adeptos de Carlos Lacerda, empunhando armas, identificados pelos lenços brancos e azuis, amarrados nos braços ou no pescoço.

Falava-se em guerra civil.

O presidente João Goulart preferiu o exílio no Uruguai para evitar uma carnificina. Nos estúdios das emissoras se revezavam, nos microfones, líderes do movimento de esquerda como Leonel Brizola; Miguel Arraes; Dante Pellacani, presidente da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores); Demistóclides Baptista, conhecido como Batistinha, líder dos ferroviários e deputado federal do Partido Comunista; Paulo Schilling e o cabo Anselmo, presidente da associação dos marinheiros. Dirigentes de sindicatos de todo o país faziam uma linha direta com nossos estúdios. Manifestos eram lidos, palavras de ordem, endereçadas às suas categorias profissionais ali representadas e, até o deputado federal Tenório Cavalcanti – o homem da capa preta – da UDN (União Democrática Nacional), estava do nosso lado.

Gritos, muita exaltação, ameaças de invasão aos nossos estúdios.

Uma patrulha do Corpo de Fuzileiros Navais, sob o comando do tenente Leite, fazia a segurança do prédio nº 15, da Rua Mayrink Veiga, por ordem do almirante Cândido Aragão.

Pressão muito grande. Nossa resistência durou 16 horas, ou seja, até o fim do dia 1º de abril.

A Rádio Nacional foi tomada às 2 horas da manhã pelos lenços brancos e azuis - lacerdistas e homens do exército.

Caiu a trincheira da democracia!

Começa a prevalecer no país a transmissão das rádios, tomadas pelos militares, anunciando a fuga de Jango e de membros do seu governo.

Prisões são anunciadas; muitos de nós fugimos do provável fuzilamento; alguns conseguiram pedir asilo na embaixada uruguaia, no bairro do Flamengo. Vários presos foram torturados, outros, vítimas de fuzilamento sumário, mas nada foi divulgado.

O Brasil caía nas trevas!

Acabaram as garantias constitucionais!

O governador Carlos Lacerda vai à Ilha das Flores, reduto da Marinha, e liberta importadores de cereais, presos e acusados como sonegadores e ladrões do povo, consequência de ato de João Goulart.

Na Embaixada Uruguaia temos informações de atos de vandalismo, invasão de universidades e sindicatos, prisões de diretores e líderes.

A noite das trevas vai durar 21 anos!

São anunciados os primeiros atos institucionais. Estou entre os primeiros cassados pelo presidente Castello Branco e sou aposentado compulsoriamente.

Leonel Brizola resiste no Rio Grande do Sul, mas também é vencido.

Meses depois, alguns de nós deixamos o exílio, no Uruguai, e viemos tentar mudar esse quadro. Não conseguimos. Fomos presos, muitos foram torturados e mortos.

Decorridos cinco anos, em 1969, o delegado Sérgio Fleury e homens da (Oban) Operação Bandeirantes e do DOI-Codi de São Paulo chegam a Ribeirão Preto, prendem Vanderley Caixe e jovens estudantes acusados de terrorismo, pois estariam organizando movimento armado.

Em Ribeirão, como em todo o Brasil, em nome da ordem e da segurança nacional, muitos são presos, torturados e condenados. É invadida

uma escola de amparo a crianças pobres – Lar Santana - situada na Vila Tibério, dirigida por irmãs de caridade. Sua diretora, Madre Maurina Borges da Silveira, é presa, torturada e banida do país. Foi para o México, trocada pelo cônsul japonês Nobuo Okuchi, sequestrado em São Paulo.

Foi a primeira religiosa presa, violentada, vítima da barbárie instalada no País. Começamos a contar sua história com o testemunho de seu irmão Frei Manoel Borges da Silveira.

Os testemunhos que vamos encontrar neste “Coragem da Inocência” nos ajudarão a avaliar o porquê da triste memória do dia 31 de março de 1964.

Leia, reflita e julgue.

Saulo Gomes

Presidente

ABAP - Associação Brasileira de Anistiados Políticos

ENGAJADA, NA JUSTIÇA

Nesta coletânea sobre madre Maurina, procurei tomar os pontos fundamentais de tudo o que saiu na imprensa, acrescentando dados das conversas que mantive com ela durante seu banimento no México e após sua volta ao país, com o advento da anistia.

Início o relato com uma visão familiar, onde surgiu sua vocação franciscana, em uma família piedosa, nos padrões de uma religião popular, na qual alguns patriarcas, como meu pai, exerciam funções na capela do lugarejo em que morávamos. O vigário aparecia uma vez no mês. A pequena capela tem como padroeira Nossa Senhora do Rosário, no povoado das Perdizes, onde nasceu madre Maurina.

Tomamos, num primeiro item, a família franciscana, tanto a família humana como a religiosa. Seguem outros itens, escritos e artigos, prisão e banimento, relatos da própria Maurina, duas cartas ao ministro da Justiça, uma antes de transferir-se para o México e outra do México, pedindo a revogação do seu banimento – a perda da nacionalidade.

Apesar de não ter tido, antes da prisão, um engajamento político partidário, por tudo que sofreu com suas companheiras de tortura, deu um dos melhores testemunhos de engajamento para uma justiça e respeito à pessoa em nosso Brasil.

Frei Manoel Borges da Silveira, dominicano



Foto: Frei Manoel entre os familiares. Acervo da família.

1ª missa no Mosteiro OBB
em Uberaba: julho de 1958
(Frei Manoel, ordenado em
São Paulo em 15-5-58)

ELA POR ELA EM UMA FAMÍLIA FRANCISCANA

Irmã Maria, beneditina, irmã de sangue de Maurina, escreve sobre seu pai Antônio:

(1º Coríntios 13, 4 -7) – “Hino da Caridade: a caridade é paciente, a caridade é prestativa, não é invejosa, não se ostenta, não se incha de orgulho, nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor, nem se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta”. (Texto base desta reflexão)

Meu pai nunca bateu em nenhum dos seus 13 filhos: éramos 12 irmãos mais um sobrinho que ele adotou porque os pais morreram muito cedo. Quando as brincadeiras excediam os limites, ele dizia com toda a mansidão: “Vamos parar com isto antes que vire briga.”

Deu a vida pelos filhos e os pobres, com o suor do seu rosto. Carpinteiro no tempo que os instrumentos de trabalho eram somente machado e serrote, usou seu trabalho e esforço para cortar toras de madeira.

Sabendo que algum parente ou amigo estava doente, deixava tudo e ia providenciar socorro para eles na cidade próxima e voltava com o médico e o padre. Quando falecia alguém, ia logo tirar as medidas do caixão e mamãe o ajudava a enfeitar o caixão.

Aos domingos, ia para a Igreja, tocava os sinos e aos poucos iam as famílias se reunindo para rezar o terço. Como tesoureiro, prestava conta de tudo. Uma vez por mês, vinha o Vigário de Sacramento para celebrar a missa, depois de ter atendido as confissões.

Papai não sossegou enquanto não trouxe um oleiro para testar se o barro do nosso sítio servia para fazer tijolos. Com os filhos mais velhos, fabricou tijolos e com a contribuição de todos, construiu uma capela maior. Tudo sem ostentação e todos na maior união, sem orgulho nem invejas.

Depois da ordenação de padre Vicente, eles, papai e mamãe, vieram morar com o padre, vigário em Conceição das Alagoas – MG. Papai

fundou a Conferência dos Vicentinos. No começo, cuidavam dos pobres, em um asilo. Aos poucos, construíram casinhas para eles até formar uma vila, a Vila São Vicente. Distribuíam cestas básicas para todos, enquanto muitas senhoras trabalhavam para se aposentar por idade.

Isto criou a mentalidade de não pensar só no seu próprio interesse, e então vinham dizer: “Sr. Antônio, agora que estamos aposentados, o senhor pode passar a nossa cesta básica para outros.” Papai dizia que não convinha, porque só a aposentadoria não daria para viver.

“Não se alegra com a injustiça” -- ao contrário, sofreu demais com os sofrimentos, torturas e abusos de sua filha, madre Maurina. Mas no silêncio, nunca se irritou nem guardou rancor; regozijou-se com a verdade. Era um homem que amava a verdade e rejeitava a mentira na hora.

Um dia, padre Vicente estava atendendo um militar em seu escritório e papai conversava com um cunhado no quintal, em frente à janela. Ouviram papai dizer: “Os militares são os responsáveis pela disciplina, mas são os mais indisciplinados.” Padre Vicente disse: “Desculpe, o papai é muito franco.” Ele respondeu: “O que ele disse é a pura verdade.”

Papai era uma pessoa de profunda vida de oração – aquele homem que em tudo crê, tudo espera, tudo suporta. À noite, passávamos no quarto deles e estava ali ajoelhado junto da sua cama, rezando o terço de braços abertos. De manhã, já recostado, rezava de novo o terço.

Maurina se lembrava de que mamãe gostava de fazer colchas lindas de croché. Um dia, ela passou e disse: “Quando eu ficar velha, não quero fazer crochê.” Ela me respondeu: ‘Você vai rezar e ler como seu pai’. Meu coração se encheu de alegria, acreditando piamente no que ela me disse. Era uma profecia que, ao céu, foi um pedido para o Espírito Santo inspirar madre Escolástica a me receber no mosteiro.”

Já sem forças, meu pai, sentado na frente da casa, via cada amiguinho se aproximar para conversar com ele e receber um cruzeiro de presente. Um dia, mamãe falou: “Antônio, você fica dando dinheiro para esse povo beber pinga.” Ele respondeu: “Francelina, o meu problema é não deixar que eles saiam daqui sem nada! O que eles vão fazer com o dinheiro é problema deles.”

Doente, fez consulta no Hospital São José, de Uberaba. Foi constatado câncer no fígado – não pensaram em tratamento e afirmaram que

ele teria somente de um a dois meses de vida. Em casa, mamãe quis enganá-lo, mas ele falou: “Acho muito normal conversarmos neste assunto porque ouvi o radiologista dizer que estou com câncer, mas vou pedir a Nossa Senhora mais tempo para me preparar melhor.” Veio pagar sua promessa na Medalha Milagrosa, em Uberaba, e ainda viveu três anos, sem grandes sofrimentos.

Quando, na última doença, a família estava toda em volta dele, pediu a unção dos enfermos. Terminada a unção, disse tranquilo: “Agora, eu estou realizado”. O médico mandou tirar nova radiografia e ficou admirado porque o resultado era idêntico ao de três anos atrás. Resolveu aplicar uma injeção na veia. E quando a enfermeira começou a aplicar cálcio, sofreu um tremendo choque e faleceu, ali diante dos filhos.

Nossa mãe, Francelina, era mais recatada. Vivia por conta dos filhos: doze partos, onze vivos e um sobrinho do marido como já foi dito. Em 1958, na igreja da Paróquia São Domingos das Perdizes, bairro da capital paulista, era ordenado o seu segundo filho como padre na Ordem dos Dominicanos, frei Manoel Borges da Silveira. À saída da igreja, ela confidenciou a alguém: “Eu sou a mulher mais feliz do mundo, tenho dois filhos padres...”

No início da década de 1930, o filho primogênito, Vicente, estava já no seminário menor de Uberaba, passando para o seminário maior, de Belo Horizonte. Em uma de suas férias anuais, já embatinado, trouxe para a família a devoção de São Francisco de Assis. Lia a vida de São Francisco e rezava o terço todos os dias com a família. Mãe Francelina, já com os quarenta e poucos anos, 10 filhos vivos, tendo falecido com dois anos sua filha Ana, disse: “Se Deus me mandar mais um filho, vou dar-lhe o nome de Francisco”. Não deu outra: em 1935, nascia o filho caçula, que recebeu este nome. E neste tempo, Maurina, com 10 anos, descobria sua vocação franciscana.

Mamãe era severa na formação de seus filhos. Um traço do caráter de Maurina era a teimosia. Daí a severidade da mãe para com ela. Teimosia que ela sempre guardou e foi aproveitada na sua vida também para o lado positivo. Não tinha medo, enfrentava as situações com disposição. Com o pai o relacionamento era bem mais tranquilo.

Maurina falava, no final da vida, tanto do carinho do pai, como da “reconciliação” com a mãe durante uma missa.

Maurina, criada na roça, onde o pai fabricava carros-de-boi, mal saiu da infância e já deu mostras de que deixaria o lugarejo para abraçar a vida religiosa. Dos irmãos seguiram a carreira religiosa: Vicente, o mais velho, no clero diocesano de Uberaba, e Manoel, um dos menores, na Ordem Dominicana. Maria, uma das quatro mulheres, também entrou para a vida religiosa aos 23 anos. Os outros sete se casaram.

Maurina, de família pobre, foi recebida pelas Irmãs Dominicanas em Araxá, no grupo das chamadas “martinhas”, alunas que prestavam serviços na manutenção da limpeza do colégio e tinham a oportunidade de estudar como as outras alunas, cujo pais podiam pagar os estudos. Em Araxá, havia um asilo mantido pelas Irmãs Franciscanas da Imaculada. Maurina descobriu sua vocação e pedia para ser franciscana. Padre Vicente, recém-ordenado, a levou até as Franciscanas do asilo, em Araxá. Já lhe agradou muito a simplicidade da irmã que a atendeu. De volta à Perdizinha, sua terra, ainda viveu um tempo na roça até que seu pai Antônio a levou à Araraquara, para o convento das Irmãs Franciscanas da Imaculada.

Em um dos últimos encontros que tive com Maurina, ela lembrava: “Papai fez questão de levar-me à Araraquara, para comprovar se seria mesmo o lugar apropriado para mim. Vendo a pobreza de vida das irmãs, ele disse: ‘Lá em casa, apesar da pobreza, não falta nada; é aqui mesmo que você quer ficar?’ Para firmar cada vez mais sua vocação, Maurina contou: “Eu rezava todo dia para Nossa Senhora, e isso me ajudou muito!”. Esta devoção a confirmou em sua caminhada de vida religiosa franciscana. Aos 19 anos, iniciava o noviciado.

* Sobre Pe. Vicente. O primogênito nasceu em 1911. Entrou no Seminário de Uberaba. Coursou filosofia e teologia no Seminário de B.H. Voltou a Uberaba em 1940 para ser ordenado padre. Exerceu seu primeiro ministério em Patos de Minas. Transferido no ano seguinte para a paróquia de Conceição das Alagoas, da diocese de Uberaba, onde permaneceu durante 43 anos. Faleceu com quase cem anos. Foi a única pessoa da família que conseguiu, de batina ainda, no tempo do golpe militar, visitar sua irmã Madre Maurina ainda na prisão em Cravinhos.

CAUSA MAIOR?

Reportagem sobre madre Maurina publicada no caderno “Mais”, do jornal ‘Folha de S. Paulo’ de 7 de junho de 1998, de autoria do jornalista Luís Eblak, revela quem fez falsas denúncias sobre a freira para a repressão:

A FREIRA NA PRISÃO

Conheça a história de madre Maurina, que foi torturada e exilada, sob acusação de pertencer a uma organização guerrilheira.

A madre franciscana Maurina Borges da Silveira, hoje com 71 anos, foi presa em outubro de 1969, acusada de haver participado de um grupo guerrilheiro de Ribeirão Preto, as FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional).

As suspeitas se basearam no fato de ela, diretora do orfanato Lar Santana, em Ribeirão Preto, ter permitido que um membro das FALN - Mario Lorenzato - fizesse reuniões de estudantes em sua instituição religiosa. Além disso, uma das guerrilheiras, Áurea Moretti, usava um hábito de freira quando foi presa. A polícia desconfiou de que a madre também fosse do grupo.

Dezenas de militantes foram presos com Maurina e Áurea. A Oban (Operação Bandeirantes, braço repressor dos militares) foi a Ribeirão Preto exclusivamente para investigar o caso. O episódio acabou resultando na excomunhão de dois delegados (Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano), que se recusaram a falar à ‘Folha’ sobre o assunto.

"Foi o arcebispo d. Felício da Cunha quem excomungou os dois, por causa das torturas contra presos políticos e as maldades feitas contra madre Maurina. Foi com o caso de Ribeirão que comecei a minha luta pela justiça social", afirmou d. Paulo Evaristo Arns.

Da prisão em Ribeirão, ela foi mandada para o Dops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), em São Paulo, e, em seguida,

O Lar Santana, em Ribeirão Preto, onde Madre Maurina Borges da Silveira residia, está exatamente como em sua época. A foto abaixo é de 01 de agosto de 2014. Entretanto, no dia 08 de dezembro do mesmo ano as atividades do Lar foram encerradas, depois de 86 anos.





para o presídio Tiradentes. Em 70, foi trocada pelo cônsul japonês Nobuo Okuchi, sequestrado pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Daí, ganhou o exílio involuntário para o México. Na prisão, foi obrigada a confessar que tinha um amante e que era comunista, ela conta.

No livro "Combate nas Trevas", Jacob Gorender afirma que houve violência sexual contra a mãe. "Baseei-me nos membros das FALN", disse Gorender.

A mãe, no entanto, nega que tenha sido vítima de violência sexual. Diz que o que sofreu foi violência moral. A 'Folha' falou com três pessoas que estiveram com a mãe nas primeiras semanas de exílio no México. Todas disseram que "difícilmente deve ter havido estupro". "A mãe é muito sensível. Um policial gritando com ela já era uma grande violência", afirmou Shizuo Osawa, na VPR chamado Mário Japa, também libertado em troca do cônsul. Aurea Moretti e Vanderley Caixe, membros das FALN, também defendem que não deve ter havido violência sexual.

Mãe Maurina vive hoje em Catanduva, interior de São Paulo. Divide sua vida entre reuniões religiosas e trabalhos de assistência a crianças carentes da cidade, onde está há 14 anos.

Comunicativa e bem humorada, ela recebeu a 'Folha' para uma conversa de pouco mais de duas horas, mas pediu que não fosse fotografada.

Folha - Como foi o episódio da sua prisão?

Mãe Maurina Borges da Silveira - Havia um grupo, o MEJ (Movimento Estudantil Jovem), que fazia reuniões em uma sala do Lar Santana. Num determinado dia, li nos jornais sobre as prisões. No jornal saiu que o presidente do MEJ, Mario Lorenzato, estava sendo procurado pela polícia. E já fazia muitas semanas que ele não aparecia mais no Lar Santana. Então, fiquei pensando o que teria ocorrido com ele. Fui até a salinha onde eles se reuniam. Tinha, no local, todo aquele material do jornal "O Berro" - das FALN - e outras coisas. Não queria aquilo lá, então mandei queimar tudo.

Aí, a polícia apareceu no Lar para revistar a casa. Mas o que eles

acharam foram somente as cadernetas do MEJ. E levaram tudo.

Eles foram embora, mas continuei pensando: posso ser presa a qualquer momento... Aí, um dia, eu ainda estava nessa reunião, quando eles me chamaram por telefone e avisaram que a polícia estava me esperando lá em casa, para me buscar. E eu cheguei à porta e nem me deixaram entrar. Já me levaram para a delegacia; para uma sala, na antiga Força Pública -- hoje Delegacia Seccional. E lá eu fiquei até duas da tarde...

Tinha um monte de coisas no chão, coisas apreendidas pela polícia. Tinha armas, coisas de farmácia, glicerina, que eles falavam que era para fazer bombas...

Chegaram seis homens, mais ou menos, entre eles estava o Fleury (Sérgio Paranhos Fleury). Começaram os interrogatórios... que foram os mais bobos que existiam... Uns falavam de virgindade, outros, que eu estava abandonada, outros, que a igreja não queria mais saber de mim...

Outros perguntavam se eu queria sacerdote para me interrogar... E, quando eles falavam essas besteiras, eu não respondia nada, ficava quieta... E, quando eu não respondia, eles me davam choque elétrico... Então, eles esperavam eu descansar para depois começar de novo...

E isso durou muito tempo... Até, eu acho, umas três ou quatro da tarde. Vinha um, me interrogava, vinha outro, interrogava...

Folha - A senhora conhecia os policiais?

Maurina - Não... O único que eu conhecia era o Fleury... Ele ficou danado da vida comigo. Ele me perguntou: "Quer que eu chame meu primo, que é padre, para te interrogar?". E eu não respondi... Passou um tempo, ele perguntou novamente: "Você não responde? Não olha na minha cara?". Eu olhei bem no olho dele... Ele perguntou: "Como você me conheceu?". E eu disse que tinha conhecido o Fleury pela revista "Veja", quando ele tinha inventado uma história com os dominicanos. Ele ficou bravo quando falei isso, muito bravo. Simulou, bateu na mesa... E completei: "Foi aí que eu conheci você". Então, ele deu um murro na mesa e saiu da sala.

Folha - A senhora se referia ao episódio do frei Betto e do frei Tito?

Maurina - Sim. Mas só falei dominicanos, porque vi na revista.

Depois, veio um delegado. Estava meio bêbado. Começou a me abraçar e eu disse: "Sai pra lá!".

Folha - Quem era o delegado?

Maurina - Não sei quem era...

Folha - Ele apenas abraçou a senhora?

Maurina - Sim, sim, só. Só sei que era um delegado de São Paulo. Não sei quem era ele. Ele pegou a arma e queria que eu pegasse na arma. Eu disse não. Disse que não iria pegar a arma. Ele queria que eu deixasse minhas digitais no objeto.

Depois me colocaram numa sala com a Áurea Moretti. Ela não podia nem sentar nem deitar, pois estava toda machucada. Nas mãos e no rosto, eles não faziam nada, mas no resto do corpo sim. Não podia nem falar, comunicava-se só com gestos. No dia seguinte, fomos transferidos para a Cadeia Pública de Cravinhos. Ficamos lá um mês.

Eu fui interrogada só uma vez. E colocaram o Mário (Lorenzato) na minha frente porque eles diziam que ele era meu amante.

Folha - A polícia falava isso?

Maurina - Sim, a polícia. E queriam porque queriam que nós confessássemos isso. Tanto que foram escrevendo tudo como se fosse depoimento nosso. Escreviam que eu era comunista, amante do Mário. E a polícia nos fez assinar isso.

No dia seguinte, nos levaram para São Paulo. Fomos para o Dops (Departamento Estadual da Ordem Política e Social), depois eu fui para a prisão Tiradentes.

Cheguei lá em novembro, fiquei dezembro, janeiro... Aí fui para a Penitenciária de Tremembé, que era cuidada por irmãs.

Aí um dia eu estava vendo televisão. Era programa sobre a cultura japonesa. Mostrava todos os costumes do Japão, as características, a religião deles... Até que interromperam o programa e disseram que havia uma notícia importante. "O Presidente da República (Emílio Garrastazu Médici) já liberou os presos políticos que vão ser trocados pelo cônsul japonês e vão para o México", disse o moço da televisão. E o primeiro dos cinco nomes de presos políticos a ser mencionado foi o meu: "Madre Maurina Borges da Silveira". Um choque, uma surpresa desagradável.

Folha - Do sequestro, a senhora já sabia naquele momento?

Maurina - Já tinha lido. Então, foi como se tivessem jogado um balde d'água sobre mim. Eu não poderia acreditar naquilo. Eu não queria sair do país. Queria provar minha inocência.

Então, eu saí de Tremembé, fui para São Paulo. No aeroporto, entrei no avião da FAB e foi a mesma coisa: não me deixaram olhar pela janela, não deixaram ver o Brasil, o meu país, pela última vez... Isso porque nós éramos daqueles que estavam atrapalhando o país, então, não podíamos nem olhar uma última vez para o Brasil, pois tínhamos que sair do país sem ter uma imagem de despedida.

No avião, os homens da polícia viajaram o tempo todo armados. No México, queriam que descêssemos algemados, mas o cônsul brasileiro impediu. Saímos do avião sem algemas. E os policiais brasileiros queriam descer no México, mas as autoridades não deixaram.

O primeiro a me receber foi o padre Francisco Lages. Em princípio, fiquei num hotel, depois fui para a congregação São José, de irmãs católicas do México.

No México, foi minha fé em Deus que me sustentou. Por meio dela eu pude ter momentos felizes.

Folha - A senhora viveu na Cidade do México?

Maurina - Fui para uma fazenda... Em uma cidade chamada Demascalapa, no Estado do México. Fiz trabalhos sociais com os trabalhadores rurais.

Folha - Voltando um pouco na história. Antes da prisão dos membros das FALN, a senhora sabia da existência do grupo guerrilheiro?

Maurina - Não sabia. Não sabia de nada. Só sabia do MEJ, mas nada da guerrilha. Nem desconfiava. Um dia, o pessoal do MEJ me pediu para fazer uma palestra sobre amor... Então, nem dá para imaginar que gente de um grupo guerrilheiro se interesse por palestra de uma freira sobre amor.

Folha - De onde acha que vieram tantos boatos sobre a senhora, como os episódios do seu envolvimento com guerrilheiros e a violência sexual?

Maurina - Porque eles torturaram Mário Lorenzato para que ele mentisse... Agora, tem uma coisa que eu nunca disse a ninguém. É sobre

os ricos de Ribeirão Preto. No Lar Santana, orfanato que eu dirigia, tinha muita criança filha de mãe solteira e rica, o que era um escândalo social para a época (1969). Então, as crianças ficavam lá, mas o lugar era para os pobres. Eram cerca de cem crianças, e pelo menos 15 eram filhas de mães solteiras e ricas. Elas estavam tomando o lugar de outras, pobres, que precisavam de fato ficar no orfanato Lar Santana. As famílias davam cheques para nós e tudo o mais, mas o correto era que as crianças vivessem em suas casas. O que eu fiz? Devolvi as 15 crianças. Fui à casa de cada uma delas e as devolvi. E eram mansões, casas enormes. Eu dizia para as famílias: "O orfanato é lugar de criança necessitada que precisa de um lugar para viver, que não tem pai nem mãe". Acho que isso acabou influenciando de algum jeito o que me ocorreu depois. Não sei quem eram as famílias, mas isso deve ter tido ligação com a minha prisão.

CONSTRANGIMENTO

No dia 20 de junho de 2014, instalou-se a Comissão da Verdade da subsecção de Ribeirão Preto da Ordem dos Advogados do Brasil. O frei Manoel Borges da Silveira foi o primeiro a depor. A mesma 'Folha de S. Paulo', em sua edição de 21 de junho, publica a notícia do depoimento no caderno regional "Folha Ribeirão", de autoria da jornalista Gabriela Yamada:

"Madre Maurina Borges da Silveira, presa pela ditadura militar (1964-85) acusada de participar de um grupo guerrilheiro de Ribeirão Preto (313 km de São Paulo), sofreu assédio sexual e seus torturadores ficaram nus durante seu depoimento.

Os detalhes do episódio foram contados por seu irmão, o frei dominicano Manoel Borges da Silveira, 83, à Comissão da Verdade da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Ribeirão na tarde desta sexta-feira (20).

Ela foi presa em 1969, depois de ter cedido o porão do orfanato Lar Santana, que dirigia, a estudantes pertencentes às FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional).

"Ela confidenciou a uma cunhada que os torturadores ficaram nus e rasgaram a sua blusa", disse o frei.

Segundo Silveira, um delegado à época, conhecido pelas torturas, também ficou sem roupa e passou a acariciar as pernas da madre.

"Ele passava a mão nas pernas dela e dizia que estava há muito tempo longe da mulher dele", afirmou.

Não houve estupro, segundo o frei. Ele afirmou que foram ligados fios condutores de energia aos seios da madre, que foi submetida a sessões de tortura com choque.

O assédio aconteceu em uma das salas da Força Pública, onde hoje funciona a Delegacia Seccional.

"Ela disse que olhava os homens nus e tinha dó de cada um deles", disse o frei.

Segundo ele, o delegado exigia que a madre dissesse que tinha

ligação com as FALN e que mantinha um relacionamento amoroso com Mário Lorenzato, 74, que na época era do grupo guerrilheiro.

Lorenzato, que assistiu ao depoimento do frei, afirmou à 'Folha' que a acusação de Fleury fora "absurda".

A mãe foi exilada no México, onde viveu por 14 anos. Ela insistiu para que fosse julgada no Brasil, mas seus pedidos foram negados. Na volta, após a Anistia, afirmou na Justiça Militar que havia perdoado a todos os seus torturadores, segundo carta escrita por ela e lida pelo frei na comissão.

"É importante expor a verdade e esclarecer o passado, em memória dela", afirmou o irmão da mãe, que prepara um livro sobre a irmã.

A obra deverá ser lançada até o final do ano, sob supervisão do jornalista Saulo Gomes, que entrevistou ex-presos políticos.



Foto: Comissão da Verdade reunida na sede a OAB, em Ribeirão Preto. Da esquerda para a direita, Eduardo Silveira Martins, Feres Sabino (presidente da Comissão), Manoel Borges da Silveira e Saulo Gomes. 20 de junho de 2014.

Depoimento do frei Manoel Borges da Silveira à Comissão da Verdade da subsecção de Ribeirão Preto da Ordem dos Advogados do Brasil presidida pelo dr. Domingos Stocco

“A gente nota grande simpatia e preocupação com a memória da Maurina. Quanto à sua religiosidade, todos sabem que Maurina é irmã Franciscana da Imaculada Conceição, a congregação da qual fez parte. Desde pequena, conviveu com essa imagem de Francisco de Assis. Esse irmãozinho universal -- chegava a chamar até lobo de irmão, natureza, passarinho e principalmente as pessoas, determinante na vida de Francisco de Assis. E Maurina, como nossa família, foi do povoadozinho de Perdizinha, onde nascemos -- entre Araxá e Uberaba, no Triângulo Mineiro. Falávamos da família religiosa -- realmente mamãe teve 12 partos e conseguiu criar 11 dos seus filhos. E quando a Maurina tinha mais ou menos 10 anos, nosso irmão mais velho, falecido, já era padre.

Maurina foi para Araxá, onde estive no colégio das irmãs Dominicanas, da nossa ordem Dominicana. Lá, ela conheceu uma casa da congregação da Imaculada Conceição -- Franciscanas da Imaculada Conceição. E se entusiasmou logo pelo estilo de vida das irmãs. Ajudada pelo meu irmão, fez contato com as franciscanas e, pouco depois, aos 14 anos, veio para Araraquara trazida pelo meu pai. Adaptou-se bem. Meu pai fez questão de conhecer o local onde ia ficar. Preocupado... Menina da roça não é de repente que se dá bem na nova vida. Veio com ela e disse:

_Minha filha, lá em casa a gente tem todo o necessário.

Diante da pobreza que reinava naquela época, a dificuldade da congregação, ele ficou um pouco preocupado. Mas, felizmente, deu tudo certo. Maurina tinha uma fé muito profunda, que herdou dele, homem de retidão profunda. Até o final de sua vida cultivou, a fé cristã.

Vida simples, lá nessa “Perdizinha”. Ele era carapinha e fabricante de carro de boi. Levava mais ou menos um mês para fazer um. Todo aquele

trabalho de conservar a madeira, para ficar bem talhada, e esse capricho, uma obra-prima depois de 30 dias: o carro já começava a 'cantar' na saída do rancho da carpintaria. E era também uma espécie de patriarca no lugarejo. Padre ia lá uma vez por mês. Então, todo domingo, ele e um tio rezavam o terço. Uma presença muito importante nesse povoado. Isso marcou muito Maurina que conservou sempre uma admiração pelo pai.

Quando soube da prisão de minha irmã, contada por um irmão mais novo, já estava com seus 85 anos, morando na paróquia do meu irmão mais velho. Só disse uma frase: "Deus sabe o que faz". E logo em seguida pegou seu terço, rezava, e as lágrimas desciam. E não falou mais nada, sempre com essa preocupação de saber que Deus permitiu isso, que ia ter uma solução. E realmente isso marcou a Maurina e ela venerava o pai.

Saulo Gomes: A família teve facilidade de acesso à madre Maurina depois de sua prisão?

Frei Manoel Borges da Silveira: Quando meu irmão, padre, soube da prisão, ele veio a Ribeirão Preto. Ela já tinha sido transferida para Cravinhos, aqui perto. E naquele tempo, os padres usavam batina e ele era um padre assim muito humilde, se apresentava quase submisso -- tiveram dó dele -- foi o único a quem permitiram o encontro com a Maurina. Padre Vicente. Inclusive daqui o levaram para Cravinhos, sempre acompanhado de um policial e lá ele conseguiu falar com a Maurina.

Rubens Zaidan: Durante a prisão e interrogatórios, quem cuidou da defesa da madre perante a Justiça Militar? A família teve de contratar? Alguém ajudou? Como foi a defesa dela depois de levada para São Paulo? Naquele período de dúvidas, se seria exilada ou não, como ela foi defendida, se é que havia algum tipo de defesa?

Frei Manoel Borges da Silveira: Antes de ir para o México, não houve nenhuma defesa, nem propriamente julgamento. Era prisão. Aí, quando foi para São Paulo, para Tremembé, era uma prisão cuidada pelas irmãs do Bom Pastor. Aliás, cuidavam de duas prisões. E a madre Benigna, superiora da comunidade da prisão, sabendo que Maurina seria transferida para lá, pediu à Justiça Militar que, ao invés de ela ficar

com as presas comuns, ficasse na comunidade das irmãs. Não permitiram. Então – essa madre Benigna era decidida -- e disse: ‘Se vocês não permitirem, entregarei a partir de amanhã o cuidado das duas prisões.’ Ela ficou muito mal vista depois disso, mas os militares aceitaram. Ela, então, ficou presa, mas convivendo com as irmãs. E quando houve o sequestro do cônsul do Japão, incluíram na lista o nome da Maurina. Ela soube pela televisão. A primeira carta que ela escreveu ao ministro da Justiça foi nessa época, pedindo para ficar e ser julgada aqui. Não queria ir de maneira nenhuma para o México. Seria pior que exílio, verdadeiro banimento. Acabou convencida pelo franciscano dom Evaristo Arns, presença muito atuante, que disse a ela que no momento seria mais acertado aceitar ser transferida para o México.

Eduardo Silveira Martins: A respeito das violências sofridas pela sua irmã, aqui no quartel, surgiu boato de que ela teria sido estuprada; teria engravidado; teria praticado aborto de um filho no México...

Frei Manoel Borges da Silveira: Esse problema – procurei colher todos os elementos, tudo quanto foi escrito na imprensa -- foi bem esclarecido por dom Evaristo Arns. Aconteceu um assédio realmente sexual. O tal major Cirilo, que veio não sei de onde, realmente a assediou. Ficou com ela diversas horas, passava as mãos nas pernas dela, dizia que estava longe da mulher e que gostava muito dela. Um galanteador que não obteve resultado nenhum. Diretamente sobre esse problema, não conversei com ela (era tanto assunto quando estive no México), mas quando ela voltou, após a Anistia, confidenciou a uma cunhada: Fleury chegou e deu um “pé de orelha” bem dado, para marcar o primeiro encontro, e disse: ‘Freira do diabo!’. Isso já desmontava... Depois da tortura que o Fleury aplicou, veio esse Cirilo com diversos outros. E completamente nus diante dela, rasgaram sua blusa e deram choque nos seios. Impressionante, na Maurina, é seu espírito de fé. Ela disse que olhava para os homens torturadores nus e terminou dizendo assim para a minha cunhada: ‘Tive dó deles.’ Aí, me lembrei justamente do compromisso religioso que o próprio Cristo falou no alto da cruz. Me referi a isso no relato que fiz no livro: ‘Pai, perdoa-lhes porque não sabem o que fazem.’ Depois de todo esse tempo, acho que foi por isso e por ser freira e não ter sido violentada diretamente, ela

voltou para a cela. Realmente, ela disse que não houve nenhum estupro, consequentemente de nenhum menino que nasceu dela.

Rubens Zaidan: Numa entrevista dada à 'Folha de S. Paulo', a madre Maurina frisou que não foi vítima só dos militares, mas também do poder econômico. Ela associou o envolvimento dela ao movimento e tudo que ela passou, ao fato de ter devolvido para famílias abastadas 15 recém-nascidos deixados no Lar Santana. Dizendo que lá era lugar para pobres e não para pessoas que poderiam cuidar dos filhos. O senhor chegou a conversar com ela, ouviu alguma coisa sobre isso? Ela entendia que o fato de ter devolvido essas crianças irritou o poder econômico o suficiente para taxá-la de subversiva na época?

Frei Manoel Borges da Silveira: Foi a única referência que ela fez para dar sentido à sua prisão. Disse justamente o que você acaba de narrar: que realmente entregou as crianças; foi a cada casa e entregou, com essa afirmação. Que o orfanato era para órfãos pobres. Ela atribuiu isso a uma das causas da sua prisão. Pessoalmente acho que não teria tanta interferência, esse aspecto.

Saulo Gomes: Frei Manoel, em nome desta comissão, com anuência do presidente, estamos entregando às televisões locais, prevalecendo principalmente como parte do arquivo desta comissão -- um filme de cinco minutos, exclusivo e nunca conhecido no Brasil, que faz parte do nosso acervo pessoal Nele, seu irmão Francisco e um sobrinho visitam a madre naquele convento no México. Isso em 1972. Naquele momento de emoção, houve alguma chance de ela fazer alguma revelação maior, do seu drama, das sevícias de tudo que havia passado no Brasil, mais pormenores do que aquilo que aconteceu, estando na segurança do convento?

Frei Manoel Borges da Silveira: Não contaram nada diretamente nem abordavam muito esse aspecto do sofrimento em que ela passou. Muitas vezes, não gostava nem de se referir a isso. Uma coisa eu vou falar logo: a cura que ela recebeu. Quando ela chegou ao México, acho que aliviou muito o sofrimento que ela carregava ainda no coração. Ter deixado o país foi uma das coisas que ela sentiu mais, e a lembrança de toda a tortura. Chegando ao México, aconteceu outro fato desagradável. As irmãs do Bom Pastor estavam avisadas. Mas a recepção foi dife-

rente daqui: ela chegou ao aeroporto, estava uma viatura policial lá esperando. Felizmente, as irmãs de São José de Lyon passaram na frente e receberam a Maurina. Posteriormente -- a Maurina nem estava sabendo -- ela foi à comunidade do Bom Pastor para agradecer o que as irmãs do Bom Pastor de São Paulo tinham feito com ela. Disse que a irmã nem abriu a porta direito: só entreabriu e disse: 'Ah te conocimos bien! Você é aquela freira subversiva que veio para o México...' E fechou a porta. Realmente, já estou meio 'baratinado', não sei se respondi tudo o que queriam.

Anderson Polverel: A madre durante muito tempo de seu exílio ficou sem comunicar esses fatos. A que o senhor atribui o silêncio? O senhor nos contou no caminho para cá que houve um momento em que ela superou esse episódio com seus torturadores e chegou a perdô-á-los. Queria que o sr. contasse essa passagem.

Frei Manoel Borges da Silveira: Ah! Eu me esqueci de contar... Havia lá no México um padre da Renovação Carismática. Ele soube da ida da Maurina para lá e começou a ter contato com ela. Ela estava ainda muito sobrecarregada psicologicamente. Ele colocou as mãos sobre a cabeça dela e ficou quase uma hora nessa posição, rezando. Durante todo o tempo, só corriam lágrimas; parecia uma catarse importante para ela. A partir daí, ela ficou bem mais tranquila.

Feres Sabino: A respeito do episódio comovente, em que ela pedia reiteradamente uma Bíblia e a Eucaristia.

Frei Manoel Borges da Silveira: A resposta foi a seguinte: 'Não, faz parte do castigo.' A Áurea Moretti sabe disso. Estava na cela (das presas políticas) e havia uma janelinha que comunicava com a das presas comuns. Elas tinham assistência, podiam receber a comunhão e a assistência do capelão. Quando menos se espera, uma presa passa pela janelinha um guardanapo dobrado, dizendo assim: 'Madre, mandaram entregar para a senhora.' Quando ela abriu o guardanapo, havia uma hóstia. O capelão das presas comuns, sabendo que não podia entrar na prisão militar, deu para uma presa e ela então teve oportunidade de comungar. Maurina realmente ficou muito emocionada porque freira costuma comungar frequentemente e sem comunhão é um sofrimento muito grande.

Eduardo Silveira Martins: Gostaria de conversar com o sr a respeito da segunda carta que ela escreveu para o ministro Buzaid...

Feres Sabino: Só complementando: essa carta tem trechos emocionantes, como o apelo: 'Atormenta-me a perspectiva de não poder rezar ajoelhada sobre a terra onde nasci.'

Frei Manoel Borges da Silveira: Uns foram a favor; outros, não. E a conclusão foi que seria perigoso deixá-la voltar, por causa da implicação política da volta de uma freira para o Brasil.

Feres Sabino: Argumentavam que seria uma propaganda contrária à Revolução. Na verdade estariam absolvendo uma inocente e a ficaria pública a barbaridade cometida com a madre. Em função da natureza dessa comissão e a publicação e a divulgação que está sendo feita, lembro que quando ela foi incluída na lista dos presos, ela se recusou formalmente a integrar e a sair do país. Ela queria continuar aqui e responder ao processo aqui. De maneira que eu registro esse fato, inclusive com a carta que ela escreveu, na declaração feita na penitenciária Feminina de Tremembé, perante o dr. Fernando José Fernandes, diretor-geral do Departamento dos Institutos Penais do Estado e as madres do presídio de mulheres da capital e da Penitenciária Feminina de Tremembé, bem como a Madre Provincial da Congregação Franciscana da Imaculada Conceição. Ela reitera: "que não tinha conhecimento da indicação do meu nome para ser posta em liberdade e removida para o México ou outro país, por qualquer organização subversiva ou comunista ou por quem quer que seja; que não conheço nenhum dos integrantes da lista enviada pelos sequestradores do cônsul geral do Japão em São Paulo; que aguardava e aguardo com serena tranquilidade a oportunidade de ser ouvida pela Justiça Militar e de provar minha inocência no processo em que fui envolvida, pois diante de Deus, me declaro inocente. Não desejo viajar para o México ou qualquer outro país. Não pretendo obter minha liberdade pela forma apresentada pelos elementos que integram o grupo de sequestradores, pois como já afirmei, sou inocente e não exerço outra atividade que não a religiosa.' São Paulo, 14.03.1970. Assinado, irmã Maurina Borges da Silveira.

Frei Manoel Borges da Silveira: Para não esquecer, peço licença para fazer uma referência à atuação dos bispos da igreja católica. Dom

Evaristo Arns, franciscano, bispo auxiliar de São Paulo, foi visitar Maurina na prisão e deu todo apoio. Dom Felício, arcebispo aqui de Ribeirão Preto na época, também, com a excomunhão dos dois delegados; d. Ângelo Sândalo Bernardino manteve firme presença junto a Maurina. E na sua volta do México, ela teve que se apresentar diante da Justiça Militar. E d. Luciano Mendes -- depois da Anistia -- disse para ela assim: 'Maurina, eles irão dar-lhe a palavra, e você aproveita para dar sua mensagem.' E o assunto central dessa mensagem foi o seguinte: 'Aproveito para agradecer a vocês por todo o sofrimento que passei. Considero isso um benefício para meu país e para que haja mais Justiça.' E terminou dizendo: 'Perdoo a todos. E considero isso uma pequena participação no mistério do sofrimento de Jesus na cruz.'

Rubens Zaidan: Apesar da religiosidade da madre Maurina... Ela encarou de uma forma religiosa todo esse sofrimento, mas do ponto de vista civil, como cidadã... O governo chegou a indenizar a família e a madre? Deu tratamento psicológico a ela depois que voltou ao Brasil, durante a redemocratização, ou foi tudo por conta da família mesmo? Vocês tiveram apoio da sociedade civil, da igreja... Tratamento psicológico, certamente, ele precisaria... Deve ter sido uma hecatombe na vida pessoal dela.

Frei Manoel Borges da Silveira: A congregação não quis aceitar, dizendo que dinheiro nenhum pagava o sofrimento.

Rubens Zaidan: E ela recebeu auxílio psicológico, tratamento especializado depois do trauma?

Frei Manoel Borges da Silveira: Não, quando ela voltou do México já estava inteiramente bem. A única consequência é que ela tinha diabetes e morreu com Alzheimer. Parece que isso seria resultado ainda do sofrimento...

Saulo Gomes: Além do sofrimento da madre Maurina, funcionário seu, me parece de nome Pedro, que atendia algumas necessidades mais prementes da casa, cuidava até do jardim do Lar Santana. Ele teve sofrimento muito grande. O senhor sabe qual o destino desse homem? Esse foi vítima de violência por ter queimado aqueles papéis...

Frei Manoel Borges da Silveira: O carpinteiro?

Saulo Gomes: Exato.

Frei Manoel Borges da Silveira: Esse sofrimento dos dois funcionários lá do orfanato pesou na consciência da Maurina muito tempo. Depois que ela queimou todos os papéis, havia uma pasta verde – disse que essa pasta estava sendo procurada com muito afinho – pela repressão. Ela não foi queimada e um dos funcionários perguntou:

_ Madre, posso levar essa pasta?

_ Pode.

Não deu outra. Parece que já estava sendo vigiado, visto pelos prédios ao redor do orfanato. Saíram os dois com essa pasta verde. Não andou um quarteirão, os prenderam. E a madre Maurina logo depois também foi presa. Quando ela chegou à delegacia, eles tomavam a maior surra. E ela disse: “Pelo amor de Deus! Não façam isso! Eles não têm nada a ver com o caso!”. Ficou na mente dela o sofrimento desses funcionários do orfanato.

Feres Sabino: Quem a convenceu a ir para o México teria sido o cardeal Arns?

Frei Manoel Borges da Silveira: Logo depois que ela ouviu a notícia pela televisão, já ficou meio abalada. Não queria ir de maneira alguma. Mas dom Evaristo já tinha começado o contato lá por ser franciscano também. Então a convenceu que, no momento, seria mais oportuno que ela fosse para o México. Agora, mais uma vez. Não era exílio, é muito mais. Era banimento, perdendo a nacionalidade por decreto dos militares.

Eduardo Silveira Martins: Quando de sua volta, em 1979, para responder finalmente ao processo, o senhor se lembra do nome do advogado dela, que a defendeu nesse processo. A madre foi, finalmente, absolvida nessa fase final do processo?

Frei Manoel Borges da Silveira: Foi o José Carlos Dias... Não fiquei bem a par sobre qual foi sua atuação. Na minha mente, ela veio após a Anistia, mas teria de se apresentar ao tribunal.

Feres Sabino: A congregação dela não permitiu que ela falasse ou fosse entrevistada?

Frei Manoel Borges da Silveira: A congregação, como a família, ficou muito traumatizada. E Maurina não gostava muito de falar... Mas estava disposta. Tanto que uma vez, morava em Juiz de Fora, uma

repórter do Rio me telefonou e eu dei o endereço do meu irmão padre, onde ela estava passando férias. Conceição das Alagoas. E a Maurina falou à vontade. Agora a congregação, depois de certo tempo, achou que estava sendo exagerado e não permitiu mais a presença de repórteres junto a Maurina.

Rubens Zaidan: Nesse livro que o senhor está escrevendo com o Saulo Gomes, há outro depoimento pessoal? Sobre o quê?

Frei Manoel Borges da Silveira: São três depoimentos, como se fossem literais, saídos da pena de Maurina. Há um sobre tortura e dois relatados ao ex-ministro da Justiça Alfredo Buzaid: um antes de ir para o México e outro no México, pedindo para ser julgada.

Rubens Zaidan: Esse episódio que abalou sua família reforçou a fé religiosa de todos? Ou chegaram em algum momento a descrer de tudo diante do absurdo que ocorreu?

Frei Manoel Borges da Silveira: Na família, bateu mais o aspecto de sofrimento; minha família não tem grande politização. Para os familiares é algo sempre incompreensível. Inclusive para meu pai. No momento da prisão, ele disse só aquela frase que citei. E alguns anos depois, aparece um militar que queria fazer a parte de um movimento de igreja e foi falar com o meu irmão. O escritório do meu irmão era bem próximo. A janela estava aberta; meu pai conversava com um compadre. Então, a única coisa que falou, sabendo que estava esse militar lá, foi: “Os militares são feitos para manter a ordem, mas estão é na prática da desordem”. Com relação a todo o povo, a gente sente, inclusive vocês aqui, um acolhimento fora de série, quando se sabe ‘que é o irmão da madre Maurina’. É aquela espécie de veneração. É muito gratificante.

Domingos Stocco: Durante esse período de prisão da madre Maurina, foram tentadas ou concretizadas visitas de familiares? Qual seria o período dessas visitas? Estavam vetadas ou foram permitidas? Se não foram permitidas, como se deu o acesso de toda a família, dos amigos, da congregação, para ter informações e sobre o estado em que ela se encontrava?

Frei Manoel Borges da Silveira: Meu irmão, padre de batina foi visitá-la e teve permissão. Lá em Tremembé, ela ficou pouco tempo,

acho que nem chegou a um mês. Só isso aconteceu. Um irmão de Goiânia e o padre também estiveram no aeroporto na hora da partida. Maurina já estava entrando no avião que estava indo embora. No tempo de prisão que ela teve aqui, não se viam muito não!

Saulo Gomes: A família teve oportunidade de deixar um registro da atividade ou atuação de cada uma dessas autoridades civis ou militares que resultou em sofrimento muito grande para sua irmã. Quem foram os algozes, quais as piores autoridades civis ou militares que tanto e tanto desrespeitaram sua irmã? Há registro na família desses nomes?

Frei Manoel Borges da Silveira: Não, não se registrou quase nada disso. Depois da volta da Maurina, foi tudo tranquilo, nesse sentido de não ficar rememorando. Ela havia, realmente, superado essa fase; de modo que não houve problema nenhum. Agora, a preocupação que eu tive nessa relação foi situar bem o que percebi que havia de verdade na Maurina e, principalmente, essa presença dela, que não tendo engajamento político nenhum, presa ela assumiu a situação junto com as outras presas, em pé de igualdade. Não foi torturada como as outras, mas dava toda assistência que era possível. E a gente fica emocionado, inclusive com a gratidão que essas presas têm com a Maurina até hoje. Inclusive o nosso irmão Lorenzato veio fazer uma referência a essa presença quando eu trabalhava lá no orfanato. Inclusive a nossa presidenta, Dilma Rousseff, disse que ela ficou até emocionada...

Saulo Gomes: Peço licença à direção dos trabalhos para registrar que além do ex-preso político à mesma época, pelos mesmos motivos que levaram sua irmã à cadeia - Mário Lorenzato -, estão aqui Maria Aparecida dos Santos, a Cidinha, e a Áurea Moretti. Pessoas que sofreram com muita intensidade os rigores da cadeia, impostos principalmente pelas autoridades de São Paulo e muito especial (e a sua irmã se enquadra no caso) por parte de atuação do violento delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Frei Manoel Borges da Silveira: Peço, então, para fazer uma referência ao nosso torturador-mor. Chegou um dado momento na hora da tortura, conversando com Maurina (Conversando o quê? A maior brutalidade!). Ele faz um gesto para alguém que estava atrás da Mauri-

na e eles ligam a máquina de choque. Os fios amarrados nos pulsos, disse que a cada girada da maçaneta parece que o coração ia sair pela boca. E num determinado momento ele disse para ela. 'Olha bem nos meus olhos.' E realmente essa freira era teimosa; não tinha medo não. Ela se firmou. E ele disse:

-- Você me conhece?

_ Conheço sim.

_ De onde?

_ Conheço da reportagem que saiu na revista Veja, sobre você, quando fez a prisão dos dominicanos.

O Fleury deu um murro na mesa, foi embora e não apareceu mais.

Feres Sabino: E foi ele quem disse para a madre, segundo uma das reportagens do 'Jornal do Brasil', que ficaria satisfeito se o Mário Lorenzato era amante dela. Se ela respondesse afirmativamente, o interrogatório estaria terminado. Eu só quero complementar, dizendo que d. Evaristo desmente desde sempre a gravidez, mais ou menos o que já foi afirmado e confirma as sevícias que ela sofreu. Eu perguntaria aos membros da comissão, se tem mais alguma pergunta?

Comissão: Não.

Feres Sabino: Peço ao frei uma ultima palavra, antes do encerramento.

Frei Manoel Borges da Silveira: A gente guarda sempre a esperança. Tudo que passa na nossa vida tem um sentido. E diante da fé que nós temos, quem é cristão, o Reino de Deus está estabelecido, e cada dia que passa está melhor do que o anterior. Apesar de tanta barbaridade, o sofrimento não foi em vão na construção de um mundo novo. Muito obrigado a todos.

(palmas)

Feres Sabino: Se a última palavra de madre Maurina foi o perdão aos seus torturadores, a última palavra do Frei Manoel é a esperança!

(palmas)

TRÊS VEZES VÍTIMA

Madre Maurina Borges da Silveira não foi vítima apenas da ditadura militar brasileira (1964-85), que a prendeu e a torturou. Ela sofreu também com a esquerda e com a elite ribeirão-pretana da época.

Por trás dessa história está o macabro boato de que ela foi estuprada na prisão. Desta suposta violência, teria nascido um filho. Não há provas documentais de uma coisa, nem de outra -a freira sempre negou os boatos.

Não à toa, o brasilianista Kenneth Serbin, um dos maiores estudiosos das relações entre a Igreja Católica e o Estado no Brasil, disse a esta Folha na semana passada que o caso da freira deve ser investigado pela Comissão Nacional da Verdade.

A religiosa era apenas a diretora do Lar Santana, um orfanato de Ribeirão Preto, quando foi presa acusada de subversão em outubro de 1969. Sua vida começou a mudar drasticamente e aí surgiram seus três algozes.

O primeiro deles foram os próprios militares, que suspeitaram que a freira tivesse ligações com as FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional), grupo guerrilheiro de Ribeirão Preto.

Madre Maurina não era guerrilheira -no máximo, simpatizante de alguns dos ideais da esquerda.

Apesar disso, o caso ganhou tamanha repercussão que até o delegado Sérgio Paranhos Fleury (1933-1979) -famoso agente da ditadura-se deslocou para Ribeirão Preto para interrogá-la.

Acabou indiciada por subversão e levada até o presídio Tiradentes. Só deixou a cadeia após ser incluída na lista de presos políticos trocados pelo cônsul japonês Nobuo Okuchi, sequestrado pela esquerda em 1970.

Foi neste momento que a religiosa se tornou vítima da própria esquerda, embora o enunciado talvez seja forte demais para este caso.

Madre Maurina não queria estar na lista nem deixar o país. Queria, sim, provar sua "inocência" e que não tinha relações com a esquerda.

Naqueles tempos de ditadura militar, fazer parte dessas listas significava, por tabela, aderir à causa dos opositores.

A esquerda fez algumas ações como essa: sequestrava gente importante para trocar por presos políticos.

A mais famosa das ações desse tipo foi a do embaixador norte-americano Charles Elbrick, cuja história de sequestro posteriormente foi transformada em livro e até em filme.

Assim, a esquerda soube usar a imagem de madre Maurina -religiosa da Igreja Católica e pivô da inédita excomunhão de dois delegados acusados de tortura em Ribeirão Preto- como propaganda revolucionária contra o próprio governo.

Mesmo não sendo esquerdista, a madre serviu aos opositores à ditadura. E eles sabiam das duas coisas: que ela não compactuava com a "causa" e que sua imagem era muito útil à propaganda revolucionária.

Nesse mesmo episódio da prisão da freira, surge o terceiro carrasco na história da madre: a elite ribeirão-pretana -esta narrada pela própria religiosa.

Perguntada por este repórter, em 1998, por que existiram os boatos de estupro e do suposto filho, ela contou que, quando dirigia o tal orfanato, devolveu 15 crianças para "mães solteiras ricas" que deixaram os filhos na porta do Lar Santana.

Madre Maurina disse que explicou a essas famílias que o orfanato era "lugar para os pobres" e não para mulheres da alta sociedade querendo abafar um escândalo social.

Na versão da freira, os boatos sobre o estupro e o suposto filho foram uma vingança dos "ricos" de Ribeirão contra ela, que pagou a vida toda por isso. (Luís Eblak, Folha Ribeirão)

Declaração

Declaro, perante Dr. Fernando José Fernandes,
Diretor Geral do Departamento dos Institutos Pen-
na do Estado de São Paulo, e as Madres Direto-
ras do Presídio de Mulheres da Capital e da Penitên-
ciária Feminina de Tremembé, bem como, a
Mãe Provincial da Congregação Franciscana
da Encarnação Conceição, que não tinha conhe-
cimento de indicação do meu nome para ser
postos em liberdade e removida para o Mé-
xico ou outro país, por qualquer organização re-
versiva ou comunista, ou por quem quer que
seja, que não está em nenhum dos integrantes
da lista enviada pelos sequestradores do Consi-
lho Geral do Japão em São Paulo que aguardar
e aguardo com serena tranquilidade a opor-
tunidade de ser ouvida pela Justiça Militar
e de provar minha inocência no processo em
que fui envolvido por diante de Deus me
declaro inocente. Não desejo viajar para o
México, ou qualquer outro país. Não pretendo
obter minha liberdade pela forma apresentada
pela pelos elementos que integram o grupo
sequestradores, pois como já afirmo, sou
inocente e não exerço outra atividade que
não a religiosa.

São Paulo, 14 de maio de 1964

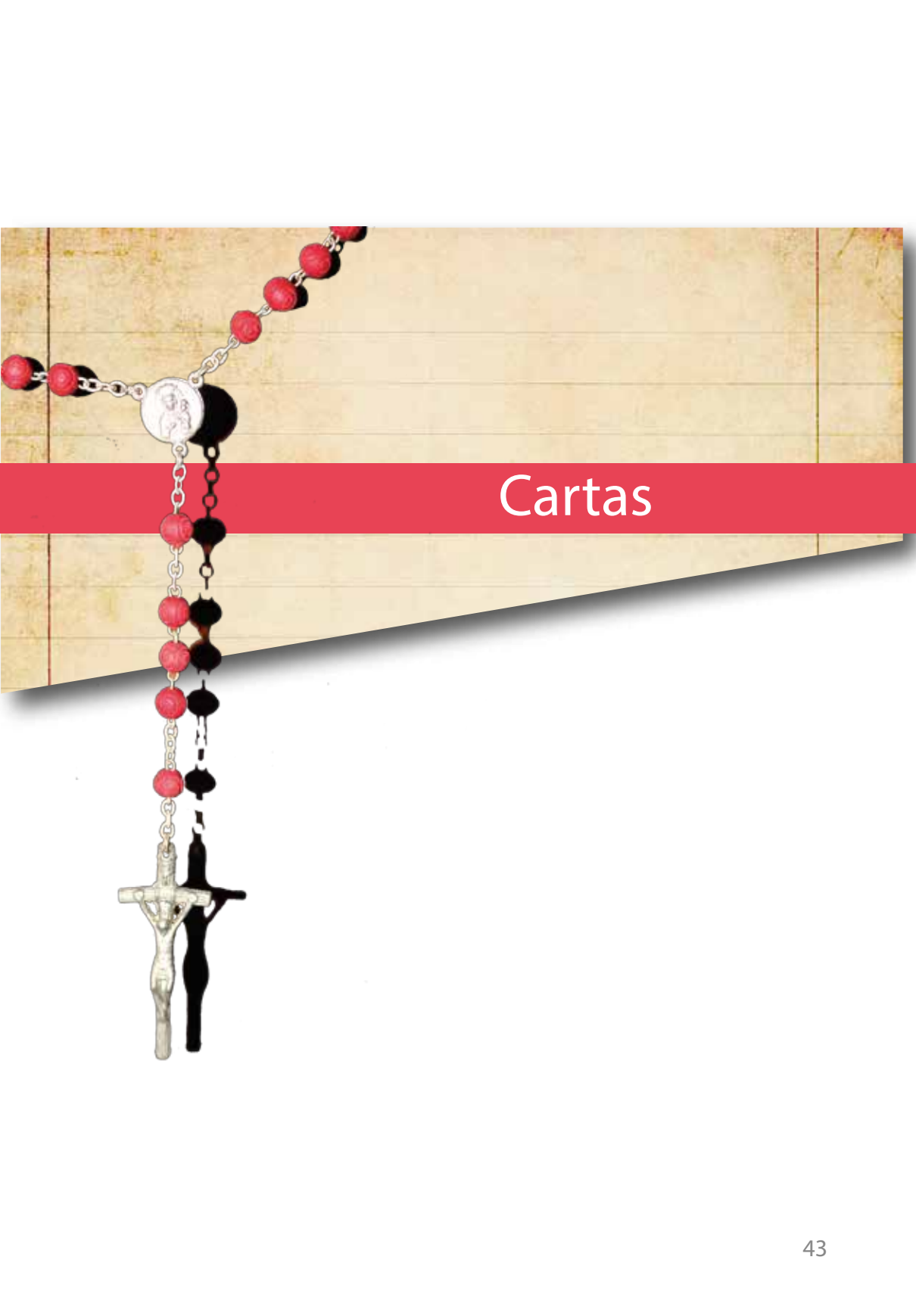
Imã Maurina Borges da Silveira

Mãe Superiora da Assembleia de São Paulo

na de Presídio de Mulheres da Capital.

Ante Mim, a minha Conselheira

Diretora da Penitenciária Feminina de Tremembé



Cartas

CARTA DO CÁRCERE AO MINISTRO DA JUSTIÇA,

"Invocando a Deus como testemunha da verdade de minhas palavras, venho relatar a V. Exa. as torturas a mim infringidas, por agentes da Polícia de São Paulo, com a aquiescência de delegados de Ribeirão Preto.

Confesso não ser fácil, mas o farei para que V. Exa. tome providências no sentido de evitar para o futuro, que pessoas inocentes sofram injustamente. Fui conduzida ao Quartel Militar de Ribeirão Preto, às 14h do dia 25 de outubro, julgando que se tratasse apenas de uma declaração. Depois de quase meia hora de espera começaram os interrogatórios, a respeito do movimento. Oito ou mais agentes da polícia, a paisana, rodearam-me. Comecei logo a falar sobre o que sabia do movimento de juventude existente em minha casa, pois ignorava o tão falado terrorismo. Foi através dos elementos que me interrogavam que aprendi o que era terrorismo. Não me foi possível continuar, pois interrompiam-me a cada instante, com gritarias e ameaças, usando uma terminologia a qual sinto-me envergonhada de repeti-la.

"Você sabe que usamos de torturas, mas para você não é difícil suportar, porque a vida das freiras já é uma tortura". É tão cínica, como pode se fazer de tão inocente, sua freira do diabo. Você não é filha de Deus. Fica sabendo, que teremos o prazer de prender bispos e padres. Não pense você que eles poderão te livrar. O que você tem nos joelhos são cicatrizes de tanto rezar... e por que não reza agora? Não adianta mais. Você não é mais virgem. Vamos fazer um exame ginecológico. Jogou o hábito fora, ótimo. Podemos fazer de você o que queremos..."

Davam risadas sarcásticas.

Até aquele momento silencieei, escutando tudo aquilo, sem compreender o seu significado. Em seguida dr. Fleury perguntou-me: "Você é amante do Mário Lorenzato? Responda afirmativo, é o suficiente, estará resolvido. Vai me dizer que é diferente dos outros!"

Jamais poderia afirmar uma tal mentira. Insistiu muito nisso. Foi então que ligaram a máquina de choques, e se divertiram às minhas custas. Os fios ligados nos indicadores das duas mãos, a corrente elétrica causava um estremecimento de todo o corpo; ligavam e desligavam, por alguns instantes.

Apareceu naquela sala um sargento dando ordens para que todos se retirassem, dizendo: "Sou eu que vou conversar com a irmã. Vou deixá-la por enquanto por conta desses dois rapazes." Ficamos ali quase uma hora na expectativa de alguma coisa e, depois, fui conduzida para a cela, juntamente com duas moças. Estas pertenciam ao grupo de terroristas de Ribeirão Preto. Não as conhecia. Foi neste grupo que me incluíram como se também eu fosse terrorista. Tal ideia a meu respeito foi divulgada, irresponsavelmente, pela imprensa.

Como religiosa, acostumada a uma vida organizada, em ambiente de respeito, muito me custou suportar, das 10 horas até muito tarde da noite, de um lado os soldados repetindo termos grosseiros, insultos de baixo calão (os quais acho indignos de serem colocados aqui) e, de outro, localizava-se a famosa sala de interrogatórios, onde, continuamente, ouviam-se os gritos lancinantes dos rapazes torturados e os barulhos de espancamento. Causava-me ainda maior pavor o tilintar de chaves que abriam as portas a fim de conduzir, a qualquer momento, uma de nós para novos interrogatórios. Assim foi que, depois de meia-noite, fui sobressaltada com o chamado para novo interrogatório. Fui levada à presença de uma pessoa meio loura, de olhos azuis, estatura média, não posso precisar bem (disseram que era um sargento). Perguntei o seu nome a um dos rapazes e a resposta que obtive foi: "NÃO INTERESSA, É UM DOUTOR." Eles se chamavam de "doutores", vestiam-se a paisana e usavam apelidos, suponho que, para fugirem à identificação diante das pessoas a quem torturavam.

O referido senhor louro, entregando-me um revólver, ordenou que eu o matasse se ele não fosse católico. Achei que estivesse meio bêbado, sentia-se o repugnante cheiro de álcool. Senti pavor de ficar em sua presença, mas, tive de ficar com ele ali, fechada naquela sala, pela noite a dentro, atormentada por suas provocações.

Entre outras coisas dizia:

"Irmã querida, posso te chamar de irmã, não é? Eu te quero muito. Vem pertinho de mim. Pelo amor de Deus, fala tudo. Eu quero te dar uma colher de chá, ou melhor, dá-me uma colher de chá. Eu tenho pena de deixar-te nua na presença de todos. É chato para mim. Vamos, me dá uma colher de chá... Pensa que eu estou há dias longe da minha mulher!..." Enquanto dizia tudo isso, abraçava-me, tentava esfregar suas mãos nas minhas e procurava tocar os meus joelhos. Eu sentia uma repugnância terrível e não via a hora de livrar-me daquele homem.

Insistia para que eu me confessasse conhecedora do movimento, porém, a única coisa de que poderia achar-me culpada era o de ter mandado queimar os panfletos encontrados no porão de minha casa. No momento foi esta atitude que me pareceu mais acertada. Depois do ocorrido foi que refleti melhor, chegando a concluir que teria sido mais acertado entregá-los à delegacia.

Altas horas da noite, fui retirada da presença daquele homem e conduzida pelos dois rapazes à minha casa, a fim de indicar o local onde mandei queimar os panfletos. Voltando ao quartel, o interrogatório continuou com aquela mesma pessoa. Sempre com as mesmas atitudes provocantes, e, com carícias dissimuladas, sentou-se displicentemente sobre a mesa, ordenando que eu me aproximasse dele.

Eram mais de três horas da manhã. Senti-me completamente atordoadada, sem condições de coordenar ideias. Colocando as mãos com toda força nos meus ombros, aquele homem perguntou-me: "VOCÊ É SOCIALISTA?" O meu ideal é religioso, e, por ele hei de trabalhar até o fim da minha vida. Ninguém poderá modificá-lo, pois, minha promessa foi feita a Deus e não aos homens.

Felizmente encerrou aqui o interrogatório para continuar no dia seguinte (domingo de Cristo Rei, dia 26 de outubro), se eu tivesse algo para dizer. Domingo à noite fui conduzida para a cadeia de Cravinhos, onde permaneci 25 dias incomunicável. Apesar da insistência de meus irmãos vindos de Goiás e Minas Gerais, para obterem notícias minhas, não permitiram que nos comunicássemos. Nem tampouco foi permitido a minha superiora provincial, falar comigo ou mesmo localizar o

meu paradeiro. Tive a impressão de estar abandonada por todos: pela minha família de sangue e família religiosa, à qual pertença há mais de 20 anos.

Outro tormento foi a falta de assistência religiosa. Por duas vezes solicitei a presença de um sacerdote para levar-me o sacramento da Eucaristia. Não o permitiram dizendo: "TAMBÉM ISSO FAZ PARTE DO CASTIGO!"

Somente no dia 18 de novembro, depois de muita insistência, permitiram que, por 10 minutos, na presença de quatro policiais, eu pudesse falar com o meu irmão, padre Vicente. Dias depois, pude ver a madre Provincial, por alguns minutos, também sob a vigilância de policiais. Conduzida a Ribeirão Preto a fim de prestar depoimento, sendo interrogada pelo Dr. Lamano, um dos delegados regionais, tratou-me grosseiramente dando-me pancadas no rosto querendo forçar-me a dizer o que eu não havia feito. Não me foi possível esclarecer nada: tudo era feito na base da gritaria e pancada naquele interrogatório.

A certa altura o referido delegado gritou:

"VEJA SE VOCÊ NÃO VAI SE ESQUECER DO SEU DEUS! AGORA VAI APANHAR JUNTAMENTE COM O RAPAZ SEU PROTEGIDO!"

Trazendo o rapaz à minha presença, o delegado intercalava às perguntas, pancadas no moço e em mim. Eram tapas no rosto que me deixavam completamente surda.

Aqui tem, Excia. um relatório que lhe apresento como desengargo de consciência, pois, espero com ele estar contribuindo para que outros não venham a sofrer os vexames e maus tratos a mim dispensados. Como brasileira e cristã que sou, gostaria imensamente que fossem usados métodos eficientes na aplicação da JUSTIÇA, inspirada na ciência e, sobretudo, no respeito à dignidade da pessoa humana, criada que foi à imagem e semelhança de Deus.

Tremembé, 17 de dezembro de 1969 - Irmã Maurina Borges da Silveira"

CARTA DO EXÍLIO AO MINISTRO DA JUSTIÇA

Há 25 anos, cumprindo o papel de levar informação a seus leitores a despeito dos interesses dominantes e do clima de opressão que reinava no país, o JB estampou em suas páginas o drama de Maurina Borges da Silveira, uma freira que dirigia o Lar Santana, para crianças órfãs, na cidade de Ribeirão Preto, interior paulista, presa sob a acusação de atividades subversivas.

"Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Alfredo Buzaid
Digníssimo Ministro da Justiça do Brasil.
Saudações!

Conforme deve recordar-se Vossa Excelência, encontrava-me presa preventivamente à disposição da 2ª Auditoria da Justiça Militar Federal na Penitenciária Feminina de Tremembé, quando fui surpreendida com a inclusão de meu nome numa lista de presos que foi elaborada pelos seqüestradores do cônsul japonês em São Paulo e deveriam ser enviados ao Exterior como preço da libertação daquela autoridade diplomática. Aguardava, àquela oportunidade, viesse a ser libertada pela Justiça brasileira, já que segura de minha inocência. (...) Isto eu afirmo com a certeza de não estar traindo minha consciência de religiosa e brasileira.

Em face de tais circunstâncias, me opus até o fim a deixar o país. E tanto isso é verdade que fiz uma declaração perante o dr. Fernando José Fernandes, então diretor-geral do Departamento dos Institutos Penais do Estado, e as madres diretoras do Presídio de Mulheres da Capital e da Penitenciária Feminina de Tremembé, bem como a madre provincial da Congregação das Franciscanas da Imaculada Conceição, em que consta textualmente o seguinte:

Que não tinha conhecimento da indicação do meu nome para ser posta em liberdade e removida para o México ou outro país, por qualquer organização subversiva ou comunista, ou por quem quer que seja; que não conheço nenhum dos integrantes da lista enviada pelos

seqüestradores do cônsul-geral do Japão em São Paulo. (...) Diante de Deus, me declaro inocente. Não desejo viajar para o México ou qualquer outro país. (...) Como já afirmei, sou inocente e não exerço outra atividade que não a religiosa.

Tal declaração, Senhor Ministro, representa integralmente a verdade. Infelizmente, no entanto, fui obrigada a deixar o país. Resta-me o consolo de haver contribuído para poupar a vida de um inocente homem. Quando releio a cópia do documento a que me referi, relembro com lágrimas nos olhos e grande amargura d'alma, o trágico momento em que precisei deixar meu país, minhas irmãs em Cristo e minha família, para um exílio involuntário que seria de todo insuportável não fosse o fraterno acolhimento no convento das irmãs de São José de León, onde me encontro até a presente data.

No entanto, Senhor Ministro, quando um semelhante e triste episódio de seqüestro se repetiu no Brasil, tive a oportunidade de tomar conhecimento pela imprensa internacional de que o governo, do qual Vossa Excelência é figura eminente, houve por bem respeitar a vontade daqueles que se opuseram a deixar o país. (...)

A carta que ora lhe envio, Excelentíssimo Senhor Ministro, visa exatamente pleitear a permissão para o meu reingresso no Brasil a fim de ser normalmente processada e julgada. Tenho eu obrigações para com o meu país, demonstrar a minha inocência. Se a orientação do governo foi respeitar a vontade daqueles que se opuseram a ser o preço da liberdade do embaixador suíço, se a Justiça Militar concluiu pela conveniência de ser permitido o meu regresso, tenho a certeza de que em breve serei readmitida no território nacional.

Peço-lhe, Senhor Ministro, encarecidamente, muito embora não esteja a pedir favor, mas a clamar por justiça, que o meu apelo encontre ressonância. Não me atormenta a perspectiva de vir a ser, eventualmente, recolhida à prisão onde me encontrava. Atormenta-me, isto sim, a perspectiva de não poder voltar a prosseguir na vida de apostolado que escolhera em meu país, de não poder abraçar e beijar as minhas irmãs de vocação e a minha família, de não poder rezar ajoelhada sobre a terra que me viu nascer, onde caminhei pela primeira vez e que abri-

gará, confio em Deus, meu corpo, quando então prestarei contas de minha vida ao Senhor Nosso Pai.

Com todo o respeito, firmo a presente.

Irmã Maurina Borges da Silveira.

México, 30 de outubro de 1971"

A carta da mãe deu entrada no Ministério no dia 11 de agosto 1971. No dia 7 de dezembro de 1971, tramitou com a seguinte recomendação:

"Prepare-se Proposição de Motivos, submetendo o assunto à consideração do Exmo. Sr. Presidente da República."

A essa altura (1978), o Brasil vivia sob clima tenso, e a campanha da anistia começava a ganhar as ruas. Exilada no México, para onde seguiu com quatro militantes de esquerda que deixaram o Brasil na condição de banidos, em 14 de março de 1970 - trocados pelo cônsul do Japão, Nobuo Okuchi, seqüestrado em São Paulo em 11 de março - mãe Maurina insistia, desde o primeiro momento de sua prisão, em dois pontos: era inocente e queria responder o processo em seu país, independentemente do que isso lhe custasse.

Trinta e quatro anos passados da prisão da freira - realizada no dia 25 de outubro de 1969 -, o Jornal do Brasil teve acesso ao processo MJ-56 773/71. Do conjunto de páginas, recheadas de ofícios grifados, saltam informações impactantes:

A sentença da 2ª Auditoria da 2ª Comissão de Justiça Militar, em julho de 1971, havia decidido, por unanimidade, no período de repressão mais violenta da ditadura, por seu retorno.

A segunda, que a decisão foi acatada pelo então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. Escudado no "interesse do Conselho pelo regresso da banida", encaminhou a sugestão ao temido presidente Emílio Garrastazu Médici em 6 de agosto de 1971. Por fim, a mais surpreendente: ao arrepio da lei, usando de opinião própria, a volta da mãe foi vetada em 1976, no governo Geisel, pelo ministro da Justiça, Armando Falcão.

O ato de vontade do ex-ministro foi rechaçado pelo cardeal arcebispo emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, para o qual a decisão de Armando Falcão foi inconstitucional:

'Ele foi covarde e cruel e deve enfrentar o juízo de toda a sociedade brasileira. Ele merece e será julgado publicamente por isso.'

A sentença do Conselho da Justiça Militar, em 1971, considerou que

‘provas colhidas em Juízo’ autorizavam ‘a presunção de que madre Maurina foi incluída na lista de presos a serem trocados pelo cônsul do Japão, por insidiosa manobra de guerra psicológica, por parte dos militantes da subversão’. O Conselho ressalva: ‘ela suplicou, até o último momento’, antes de embarcar para o México, para ficar.

Esses pontos, ao que tudo indica, foram levados em conta pelo ministro Alfredo Buzaid. À exposição de motivos enviada ao presidente Médici, ele anexou uma minuta de decreto assinada revogando o banimento, mas que até hoje permanece sem data. Buzaid encomendou estudo do caso ao Serviço Nacional de Informações (SNI).

O mesmo parecer surtiu em Armando Falcão efeito contrário. Talvez tenha se deixado influenciar pelas anotações feitas nas margens, pelo então chefe do órgão, general-de-brigada Carlos Alberto da Fontoura: ‘O fato será explorado pelas esquerdas e pelo clero, dizendo que uma inocente foi presa injustamente.’

Falcão abandonou os ‘aspectos positivos’ avaliados pelo SNI, como ‘o de demonstrar ao povo o espírito de justiça que norteia a ação do governo’. Para o então ministro Falcão, o único argumento negativo apontado pelo sistema ‘abrirá um precedente que poderá estimular o pedido de outros banidos para serem julgados no país’. Apesar de o mesmo estudo considerar a possibilidade de se capitalizar o fato.

O chefe de gabinete de Falcão, Alberto Rocha, não concordou com o ministro. No dia 22 de janeiro de 1976, Rocha o alertou sobre o decreto assinado por Alfredo Buzaid e a carta de próprio punho da freira, clamando pelo retorno ao país.

À perplexidade de Rocha juntou-se a do assessor especial da presidência, Joaquim Luiz de Oliveira Bello, que no dia 17 de fevereiro de 1976, respaldado nas ‘indiscutíveis razões’ do Conselho (militar), opinou pelo retorno de madre Maurina Borges da Silva. Ao seu parecer, Bello anexou carta do cardeal arcebispo de São Paulo, dom Evaristo Arns, de 3 de fevereiro daquele ano, na qual relata que visitou a freira duas vezes no México, onde ela reforçou seu intuito de ‘responder às autoridades brasileiras’.

Tais apelos não convenceram Falcão, que se limitou a acrescentar: ‘Encaminhe-se à Procuradoria Geral da Justiça Militar’ e pedir ‘em cará-

ter sigiloso', em 26 de fevereiro do mesmo ano de 1976, ao SNI (agora tendo à frente o general João Batista Figueiredo), novo dossiê sobre o caso. Uma verdadeira marcha à ré em tudo o que ficara decidido. Insistente, Rocha voltou à carga, mostrando de novo, ao chefe, a documentação da freira no dia 27 de janeiro.

Desta vez, sim, o ministro Armando Falcão tomou providências. Cinco meses depois. Enviou ao presidente Ernesto Geisel uma correspondência com carimbo de 'confidencial', onde descreveu os motivos da auditoria, e reproduziu os do SNI, concluindo: 'Minha opinião é contrária à concessão da permissão da vinda da interessada, por inoportuna e inconveniente. Vossa Excelência, entretanto, no seu alto critério, se dignará de decidir como mais acertado lhe parecer. Brasília, 21/06/76.'

Geisel decidiu. Fechou com Armando Falcão. A madre Maurina Borges da Silveira permaneceu na Cidade do México até a anistia, em 1979. Lá, foi acolhida no convento das Irmãs de São José de León.

Durante todo o tempo em que esteve no exílio, a religiosa foi incansável em seus pedidos para retornar. Nesse período, perdeu o pai, Antônio Borges da Silveira, a cujo funeral não lhe permitiram vir, apesar das insistentes cartas da família às autoridades.

O ex-ministro Armando Falcão foi procurado pelo JB. Segundo sua mulher, Aline, ele está com problemas de saúde e não tem condições de dar entrevista. 'Só daqui a 20 dias', propôs. O filho do casal, José Armando Falcão, pediu um tempo para localizar alguém que pudesse falar pelo pai. Em seguida, ligou se desculpando: 'Não consegui encontrar ninguém que possa tratar do assunto. Mas é preciso saber do contexto em que essa decisão foi tomada, porque só se sabe o destino das nuvens depois que elas se deslocaram', filosofou, seguindo a máxima do pai: "nada a declarar".

DILMA ROUSSEFF UMA HISTÓRIA COMUM

Em outubro de 2001, a então secretária de Minas e Energia no Rio Grande do Sul, presidenta da República reeleita em 2014, Dilma Rousseff, prestou depoimento ao Conselho Estadual de Direitos Humanos (Conedh-MG), criado para indenizar presos políticos torturados no estado e revelou seu cotidiano de tortura. A mulher Dilma, com 22 anos em 1970, era uma entre tantas vítimas da ditadura militar, assim como Irmã Maurina.

A trajetória de sofrimento da Presidenta durou dois anos e dez meses tendo passado por presídios de São Paulo, Rio de Janeiro e Juiz de Fora. Responsável pela implantação da Comissão Nacional da Verdade, que está colhendo relatos de quem sobreviveu e investigando casos de violação dos direitos humanos no período da ditadura (1964-1985), a história da militante Dilma Rousseff voltou a ser destaque em toda a imprensa brasileira.

Abaixo, trechos do depoimento.

“Acredito hoje ter sido por isso que fui levada no dia 18 de maio de 1970 para Minas Gerais, especificamente para Juiz de Fora, sob a alegação de que ia prestar esclarecimentos no processo que ocorria na 4ª CJM. Mas, depois do depoimento, eu fui levada (ou melhor, teria de ser levada para São Paulo), mas fui colocada num local (encapuzada) que sobre ele tinha várias suposições: ou era uma instalação do Exército ou Delegacia de Polícia. Mas acho que não era do Exército, pois depois estive no QG do Exército e não era lá.”

“Nesse lugar fiquei sendo interrogada sistematicamente. Não era sobretudo sobre minha militância em Minas. Supuseram que, tendo apreendido documentos do Ângelo [Pezzutti, militante do grupo de Dilma] que integram o processo, achavam que nossa organização tinha contatos com as polícias Militar ou Civil mineiras que possibilitassem

fugas de presos. Acredito ter sido por isso que a tortura foi muito intensa, pois não era presa recente; não tinha ‘pontos’ e ‘aparelhos’ para entregar.”

“As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim.”

“Uma das coisas que me aconteceu naquela época é que meu dente começou a cair e só foi derrubado posteriormente pela Oban [Operação Bandeirantes, em São Paulo]. Minha arcada [dentária] girou para o lado, me causando problemas até hoje, problemas no osso do suporte do dente. Me deram um soco e o dente se deslocou e apodreceu. Tomava de vez em quando Novalgina em gotas para passar a dor. Só mais tarde, quando voltei para São Paulo, o Albernaz completou o serviço com um soco, arrancando o dente.”

“No início, não tinha rotina [nas sessões de tortura]. Não se distinguia se era dia ou noite. O interrogatório começava. Geralmente, o básico era choque. Começava assim: ‘Em 1968 o que você estava fazendo?’, e acabava no Ângelo Pezzuti e sua fuga, ganhando intensidade, com sessões de pau de arara, o que a gente não aguenta muito tempo.”

“Se o interrogatório é de longa duração, com interrogador ‘experiente’, ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina. Muitas vezes também usava palmatória; usava em mim muita palmatória. Em São Paulo usaram pouco esse ‘método’. No fim, quando estava para ir embora, começou uma rotina. No início, não tinha hora. Era de dia e de noite. Emagreci muito, pois não me alimentava direito.

“Quando eu tinha hemorragia, na primeira vez foi na Oban (...) foi uma hemorragia de útero. Me deram uma injeção e disseram para não bater naquele dia. Em Minas, quando comecei a ter hemorragia, chamaram alguém que me deu comprimido e depois injeção. Mas me davam choque elétrico e depois paravam. Acho que tem registros disso no final da minha prisão, pois fiz um tratamento no Hospital das Clínicas.”

“Fiquei presa três anos. O estresse é feroz, inimaginável. Descobri, pela primeira vez, que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão. Lembro-me do medo quando minha pele tremeu. Tem um lado que marca a gente o resto da vida.”

“Em Minas, estava sozinha. Não via gente. [A solidão] era parte integrante da tortura. Mas a minha mãe me visitava às vezes, porém, não nos piores momentos. Minha mãe sabia que estava presa, mas eles não a deixavam me ver. Mas a doutora Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada, me viu em São Paulo, logo após a minha chegada de Minas. Hoje ela mora no Rio e posso contatá-la”

“Depois [vinham] as ameaças: ‘Eu vou esquecer a mão em você. Você vai ficar deformada e ninguém vai te querer. Ninguém vai saber que você está aqui. Você vai virar um ‘presunto’ (era o nome dado aos mortos pelo Esquadrão da Morte) e ninguém vai saber’. Em São Paulo me ameaçaram de fuzilamento e fizeram a encenação. Em Minas não lembro, pois os lugares se confundem um pouco.”

“Acho que nenhum de nós consegue explicar a sequela: a gente sempre vai ser diferente. No caso específico da época, acho que ajudou o fato de sermos mais novos; agora, ser mais novo tem uma desvantagem: o impacto é muito grande. Mesmo que a gente consiga suportar a vida melhor quando se é jovem, fisicamente, a médio prazo, o efeito na gente é maior por sermos mais jovens. Quando se tem 20 anos o efeito é mais profundo, no entanto, é mais fácil aguentar no imediato.”

“Dentro da Barão de Mesquita (RJ), ninguém via ninguém. Havia um buraquinho na porta, por onde se acendia cigarro. Na Oban, as mulheres ficavam junto às celas de tortura. Em Minas sempre ficava sozinha, exceto quando fui a julgamento, quando fiquei com a Tereziinha. Na ida e na vinda todas as mulheres presas no Tiradentes sabiam que eu estava presa: por exemplo, Maria Celeste Martins e Idoína de Souza Rangel, de São Paulo.”

“Em Minas, fiquei só com a Terezinha. Uma bomba foi jogada na nossa cela. Voltei em janeiro de 1972 para Juiz de Fora. Nunca me levaram para BH [Belo Horizonte]. Quando voltei para o julgamento, me colocaram numa cela, na 4ª Cia. de Polícia do Exército, 4ª Região Militar, lá apareceu outra vez o Dops que me interrogava. Mas foi um interrogatório bem mais leve. Fiquei esperando o julgamento lá dentro.”

“Um dia, a gente estava nessa cela, sem vidro. Um frio de cão. Eis que entra uma bomba de gás lacrimogênio, pois estavam treinando lá fora. Eu e Terezinha ficamos queimadas nas mucosas e fomos para o hospital. Tive o ‘prazer’ de conhecer o comandante general Sílvio Frota, que posteriormente me colocaria na lista dos infiltrados no poder público, me levando a perder o emprego.”

Irmã Maurina e Dilma Rousseff estiveram presas no presídio Tiradentes. Ambas ficaram na Torre das Donzelas, nome dado a ala onde eram mantidas as mulheres.



Foto: Irmã Maurina entre os familiares. Acervo da família.



Ela por elas

VISITA À IRMÃ MAURINA BORGES

Sueli Aparecida Bellato*

Vice-presidente da Comissão de Anistia

Desde os tempos da minha juventude ouvia falar de Irmã Maurina Borges da Silveira. A primeira vez, em 1977, durante um encontro da 'Não Violência', realizado no antigo Seminário da Penha, cidade de São Paulo. Presentes importantes defensores do movimento humanista conhecido como 'Não Violência Ativa'.

No processo de reflexão ocorrido naquela reunião, d. José Maria Pires falou dos acontecimentos à sua volta e a atuação do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese de João Pessoa, à época assessorado pelo advogado paulista Vanderlei Caixe. Lembro-me de que d. José Maria revelou que o advogado teve grande dificuldade para se inscrever na Ordem dos Advogados do Brasil por motivos de perseguição política e só obteve a inscrição após impetrar mandado de segurança.

Na sequência, d. Angélico Sândalo Bernardino, à época bispo da região episcopal de São Miguel Paulista-SP, reagiu fraternalmente à fala do arcebispo da Paraíba. Primeiramente, o envio do abraço ao seu também conhecido Vanderley Caixe. O advogado paulista, após o tempo de prisão, foi acolhido por d. José para trabalhar na defesa dos direitos humanos na arquidiocese. Segundo, d. Angélico pediu que também transmitisse ao advogado a recomendação de que ele não esquecesse de que fora do Brasil estava uma pessoa terrivelmente torturada e abalada com o banimento. Ele falava de sua também conhecida irmã Maurina Borges. Dom Angélico exerceu

atividades de sacerdote e jornalista na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. E sofreu perseguição política chegando a ser indiciado em procedimentos da repressão.

Irmã Maurina Borges, religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição, coordenou o Orfanato Lar Santana, na Vila Tibério. Fala-se que em razão de sua atitude firme contra as famílias ricas que descartavam crianças recém-nascidas e indesejadas, deixando-as

nas portas de residências e da creche, atraiu para si grande oposição. Quando acontecia de uma criança ser abandonada na porta da creche, irmã Maurina buscava incansavelmente a família para que assumisse a criança.

Na década de 1970 irmã Maurina foi acusada de encobrir atividades praticadas por militantes da Frente Armada de Libertação Nacional (FALN) e de destruir material considerado de propaganda subversiva. A religiosa franciscana foi presa e barbaramente torturada desde os estabelecimentos prisionais de Ribeirão Preto até os lugares de repressão na capital paulista. Este fato teve grande repercussão na Igreja e foi causa de excomunhão de dois delegados de Ribeirão Preto que a prenderam, torturaram e indiciaram em inquérito criminal.

Irmã Maurina foi banida e viveu 10 anos na cidade do México. Pertencia a uma família muito religiosa com irmão e primas religiosas. Uma de suas primas, Geralda Flores, a irmã Theodora, pertencia ao meu grupo religioso, Congregação de Nossa Senhora-Cônegas de Santo Agostinho e daí aumentar em mim a motivação para uma aproximação com irmã Maurina.

A partir de 2008, a Comissão de Anistia tratou de promover, além da apreciação de requerimentos de reparação em razão das perseguições políticas que ocorrem ordinariamente na sede do Ministério da Justiça, atividades de caráter educativo como é o caso das Caravanas da Anistia. Além de apreciar os requerimentos, homenageia as vítimas do arbítrio da ditadura, permitindo que especialmente os jovens conheçam parte da História do Brasil, negada nos currículos e livros didáticos.

Em 2009, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça realizou uma caravana à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – em Brasília, quando foram selecionados processos de militantes de distintas igrejas, perseguidos pela ditadura, em razão de sua ação pastoral: d. Marcelo Carvalheira, à época padre do Recife e preso no Rio Grande do Sul; pastor Fred Morris, metodista, amigo de d. Helder Câmara, preso e expulso do Brasil; Eliana Rollemberg, luterana, presa e torturada, à época da Ação Popular; as religiosas católicas irmãs Helena Soares e Helder Bedendo, entre outros requerentes.

Na intenção de prestar homenagem também à irmã Maurina, que

nunca entrou com pedido de reparação moral e econômica, fiz, em nome da presidência da comissão, o contato com a congregação, que ficou de estudar o assunto, mas nunca retornou.

Em 2011, soube que irmã Maurina se encontrava doente e, após novo contato com as irmãs de sua residência em Catanduva-SP, obtive autorização para a visita. No dia 31 de maio de 2011, em companhia da conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi, me dirigi à Catanduva, contando, à época, com apoio do vereador Leopoldo Paulino, que nos facilitou o deslocamento de Ribeirão Preto até aquela cidade.

Recepcionadas pelas religiosas da congregação de irmã Maurina, pudemos estar algum tempo com ela. Com ótima aparência, mas com diagnóstico de Alzheimer, impressionou-nos a fluidez do diálogo. Não conseguiu exatamente lembrar-se de irmã Teodora, mas se lembrou de outra prima religiosa, de Porto Alegre. E sem que fizéssemos qualquer comentário sobre seus sofrimentos na época da ditadura, foi ela que irrompeu o silêncio e mais uma vez, como fez de formas diversas em sua vida, protestou: “O que não me conformo é a crueldade que fizeram com nosso jardineiro.”

Esta lembrança surpreendeu-me porque eu nunca tinha ouvido falar de outros funcionários da creche que tivessem sofrido prisão e tortura. Com a lembrança do jardineiro, irmã Maurina, ela mesma vítima dos horrores do autoritarismo, deu voz e rosto a quem esteve preso e torturado acusado de contrariar o regime militar e os interesses da elite civil, urbana e rural.

É possível que até a publicação desta justa homenagem à irmã Maurina Borges, contagiados e contagiadas pelo processo que vive hoje o Brasil, de garantir maior protagonismo às vítimas, do dever de romper toda forma de silenciamento, de proclamar a Verdade e da exigência de Justiça, outros requerentes, jardineiros ou não, ainda reclamem o pedido formal de perdão do Estado do brasileiro, com a promessa de não repetição dos erros que tantos prejuízos causaram à Nação.

*Sueli Aparecida Bellato, conselheira desde 6 de março de 2003. Nascida em São Paulo, em 1º de julho de 1953, é religiosa da Congregação Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho e advogada gradua-

da pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, com intensa atividade nas causas sociais. Trabalhou junto ao Ministério Público Federal na área de direitos humanos, foi assistente parlamentar e atuou no processo contra os assassinos do ambientalista Chico Mendes. É membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). E conselheira da Rede Social de Direitos Humanos. Compõe o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA). Mestranda do Curso de Pós Graduação da Universidade de Brasília.

“Fui presa em 1969, com 24 anos. Fiz 25 na cadeia.

Em todo o trabalho nosso, cada um tinha uma parte para desenvolver. E só conhecíamos o mínimo necessário sobre cada companheiro. Por segurança. Eu nunca soube do Lar Santana. Eu trabalhava junto com o Mário Lorenzato, porque a gente fazia contato com os padres da região. Eu nunca tinha visto a madre Maurina. Fui presa antes dela. Vi quando eles a levaram aos empurrões, para a sala de tortura, com certeza. Ela voltou mais tarde, chorando, decomposta, porque foi espancada. Na nossa cela, a Maurina me ajudou; a Lázara e a Leila me faziam massagens, para aliviar a dor, e ficamos alguns dias a ouvir gritos, porque a sala de torturas ficava na frente da nossa cela.

Um dia, veio um militar que, diziam, era de Pirassununga e que se chamava Cirilo, que não devia ser Cirilo nenhum porque era tudo nome de guerra. Ele começou a assediar a irmã. O lugar onde a gente estava era o quartel do Tiro de Guerra, porque era a única instalação militar que havia em Ribeirão Preto. Tinha até uns soldadinhos, que costumavam ir à missa no Lar Santana – e adoravam a irmã Maurina! Na hora em que aqueles caras começaram a assediar ela, a tirar ela da cela, a qualquer hora, até de noite. Eles agarravam ela, mesmo. Um dizia: ‘Quero casar com você; tô com saudade da minha mulher...’

Eles entravam e saíam da sala. Uma noite eu vi, porque ele acabou me chamando também. Eles não sabiam se ela era ou não era do nosso grupo. E toda hora entrava um soldadinho para fechar a janela. Ele aproveitava para atrapalhar o assédio em cima da irmã. Depois, esses soldadinhos se reuniram e foram falar com o comandante, que se continuasse esse tipo de atividade dentro do quartel, de fazer o diabo e espancar as pessoas, eles se recusariam a entrar no quartel. Porque eles não eram obrigados a ver aquele absurdo que estava sendo feito.

Mas o que fez o comandante decidir, mesmo, foi o problema da irmã Maurina e o nosso, porque eles viviam assediando a gente, tentando passar a mão. Logo no começo, eu também tive esse tipo de assédio. Só que quando o cara veio, eu comecei a gritar. Gritei, gritei, gritei, todo mundo correu para ver o que estava acontecendo (riso). Não me lembro

nem se tinha um colchão ou se a gente dormia direto no chão.

No quartel, tinha um militar que assediava a irmã Maurina, tinha outro que assediava a Leila... Eu, não, graças a Deus! Eu estava tão machucada, tão horrível (risos)... Eu ficava algemada, porque não parava quieta. Eu era muito perigosa. E onde eu ficava, sempre tinha um militar. Uma vez, quando um deles começou a me bater, eu menstruei, ele pensou que fosse hemorragia, eu fingi que desmaiei, ele começou a me ajudar a levantar, lavou meu rosto. Ele tinha uma filhada minha idade e dizia: 'Meu Deus! Se fazem isso com a minha filha, eu mato!' (riso)

Fui várias vezes para o pau-de-arara. Quem me pendurava era o cabo Aparecido. Ele gostava de me pendurar. Era gordão. Batia, batia em mim e eu não chorava. Ele falava: 'Você está aguentando, porque é magra!' Eu dizia: 'Se fosse você, com essa barriga, você entregava até sua mãe!'. Punham a gente na cela dos bêbados, lugar sujo. Diziam que guardavam as fezes para jogar nas celas antes de a gente chegar, para a gente passar mal mesmo.

Um dia, ao meio-dia, nos pegaram e nos levaram para o cadeião de Cravinhos. Chegamos num domingo e havia festa na praça, abanda da cidade tocando na frente da cadeia. Todos viram a gente chegar e descer do camburão. Quando nós vimos onde estávamos, nós nos abraçamos e começamos a chorar. Que alívio! Graças a Deus, saímos do quartel!

O delegado e os carcereiros cuidavam bem da gente, mas ficavam apavorados quando vinham policiais de São Paulo. O delegado Fleury veio especialmente de São Paulo para interrogar a irmã Maurina. Ele espancou ela, sim. Machucou. O padre da cidade gostava da gente, ele era contato meu, a gente levava o jornal "O Berro" para ele. E ele foi levar comunhão no cadeião para nós no dia seguinte, cedinho. O delegado falou que ele estava proibido de entrar, todo mundo estava incomunicável. Mandaram o padre pedir autorização no quartel e acabou preso. Começaram a prender todos os padres da região. Eles não aguentavam a situação. Nos sermões de domingo, eles pediam para os fiéis rezarem para a irmã Maurina e pra nós.

Numa noite, um bêbado começou a gritar e nós ficamos quietas. Os carcereiros disseram que nós éramos a primeira turma civilizada que passava pela cadeia deles. A mulher mais rica da cidade mandou quatro

cestas imensas de alimentos: não puderam nem dar o nome dela para nós. Mas aos poucos, começaram a chegar frutas, cobertores, lençóis. De repente, a população da cidade estava cuidando de nós.

Quando o Mário Lorenzato se entregou, tiraram a irmã Maurina da cela para ser acareada com ele. Apertaram os dois, querendo que eles confessassem que eram amantes. Queriam que a irmã Maurina confessasse que pegou em armas. Depois, trouxeram ela e o Mário para aqui, para serem torturados. Acredito que nesse dia é que o Fleury veio e trouxe o Mário com ele, de São Paulo. De madrugada, ela voltou para a cela, toda machucada, chorando, chorando. Nesse momento, a gente ficava junto, dava água, procurava acalmar a irmã. Ao contrário de nós, ela não estava preparada para enfrentar tudo aquilo. Nem sabia o que era luta armada ou de esquerda. Porque havia padres que eram de esquerda. Talvez, tenham pego uma ou outra freira que tinha uma consciência maior de esquerda.

Madre Maurina era simplesmente uma mãe, uma freira, que fazia um trabalho dentro de um orfanato. Fazia pouco tempo que ela tinha vindo. No orfanato havia várias crianças que eram de famílias riquíssimas, entende? Eles pagavam para esconder as crianças dentro do orfanato. Eram crianças que não podiam nascer, porque iam 'sujar' o nome da família. Sabe o que ela fez? Pegou um por um, foi nas mansões e entregou criança por criança, dizendo: 'Essa criança está impedindo uma criança pobre de ser acolhida. Ela é de vocês; ela tem o direito de ser criada na família dela.' Virava as costas e ia embora. Ela 'limpou' o colégio. Assim, ela arranjou os primeiros inimigos, antes mesmo do nosso problema. As famílias ficaram enlouquecidas e, claro, já faziam algum movimento para tirar a irmã Maurina dali. O que eu não entendo é quanto padre, quanta freira se envolveram, mas nenhum chegou ao ponto do que ela fez. São esses ricos que não deixam ela sair da cadeia. Não se pode perdoar ninguém, porque nunca eles se preocuparam com nada dela nem da gente.

Nós ainda estávamos em Cravinhos, nossa prisão preventiva não tinha sido decretada, estávamos ilegais dentro da ilegalidade da ditadura. Nesse momento, foi até bonito, saiu a excomunhão do delegado. Um militar foi falar com a minha irmã, dizendo que eu tinha morrido. Para a família do Vanderlei Caixe, disseram que ele ia ser transferido para o Mato

Grosso – era o ‘esquadrão da morte’ se formando. Pediram para minha irmã chamar a família, preparar o velório, que em um ou dois dias, meu corpo seria entregue. Estavam treinando a Operação Bandeirantes em nós. Mataram o Marighella... E iam matar a irmã também, porque ela passou a incomodar.

Fui chamada para outro interrogatório, era dia do meu aniversário, disseram que minha mãe tinha trazido um bolo. O bolo chegou... E o delegado Renato Ribeiro Soares queria que eu falasse para os jornalistas, que estavam no corredor que não existia tortura, que eu estava bem... Só aparecia meu rosto, o que eles estragaram não aparecia. Ele apareceu e disse para todos: “Nossa! Vamos cantar parabéns!” Eu recusei: ‘Dr. Renato! O sr. disse que não era mais para mim (sic) mentir. Eu jurei pra mim que nunca mais na minha vida eu vou mentir. Eu quero ver os jornalistas, porque eu quero mostrar o meu corpo e falar a verdade pra eles.’ Não deixaram de jeito nenhum (rindo). Tinha um monte de jornalista (rindo), um em cima do outro e por uma porta entreaberta, fizeram fotos e o dr. Renato disse: ‘Então, senta aqui perto de mim e vamos conversar, como se você estivesse conversando comigo.’ E foram todos embora.

Nesse momento, aconteceu uma das coisas mais bonitas que eu já vi na minha vida. O padre, irmão da madre Maurina, de batina e solidéu. O padre que morreu, irmão mais velho. O delegado disse: ‘Olhe aí, está vendo? Agora chegou um padre para ver a irmã Maurina. Porque os outros estão todos rasgando a batina para virar comunista. É gente que não presta!’ Até aquele momento, ninguém tinha falado nem ‘bom dia’ para a irmã. Aí, no fim, dr. Renato se empenhou e falou: “Esse é padre de verdade!”. Colocou nós dois dentro do jipe e nos mandou pra lá, atrás dele. O padre perguntou bem baixinho pra mim:

- O que está acontecendo?
- Pau-de-arara, choque elétrico, espancamento, ameaça de estupro...
- E a irmãzinha?
- Ela também, mesma coisa, igual nós.

Os dois que estavam na frente do jipe, com certeza, não ouviram. Mas o padre foi falar com o padre Angélico (Bernardino) e com o arcebispo. Aconteceu uma coisa que chocou d. Evaristo, a descoberta de que não era só com a madre Maurina. Mais: vários religiosos presos que não

tinham o direito de ler o depoimento que estava assinando. Até testemunhas eram falsas. E ameaçaram o arcebispo de que se ele fizesse alguma denúncia, eles iam prender o resto. Até então, d. Evaristo até defendia a ditadura, em nome do combate ao comunismo, mas depois, quando ele viu a partir da madre Maurina o que faziam com os religiosos e o povo, ele mudou. E a partir daí, após reuniões dele com entidades religiosas, a Igreja assumiu posição frontal contra a ditadura.

Houve a excomunhão dos delegados e em seguida a nossa prisão preventiva, inclusive da madre Maurina. Só aí passamos a existir. A Leila e a Lázara foram soltas. Ficamos eu e a irmã Maurina. Pressionadas, fomos obrigadas a assinar depoimentos nossos sem ler e nos colocaram à disposição da 2ª Auditoria Militar.

Fomos levadas para São Paulo e fichadas no Dops. Eu peguei seis anos de cadeia, porque eu me neguei a acusar o Vanderlei Caixe e o professor Guilherme Simões Gomes, na Auditoria. Cumpri três anos e

Fonte: Documento da Assembleia Legislativa de São Paulo.



meio. Fui para a Penitenciária Feminina do Carandiru, para tratamento, e a irmã para a Penitenciária de Tremembé. E a gente não se viu mais. De lá, fui para o presídio Tiradentes. No julgamento dela, ela não estava mais no Brasil, vivia no México, trocada pelo cônsul japonês e banida. A irmã não queria ir para o exílio de jeito nenhum. Insistia em provar a inocência. Um policial disse que ela iria nem que fosse amarrada, porque queriam cumprir a exigência dos sequestradores e libertar o cônsul.

Um problema surgiu nesse momento, porque a congregação da madre Maurina não tinha congênere no México. Ela não tinha onde ficar no exílio. A minha tia ligou para a sede da congregação dela, em Paris. E a superiora, lá da França, telefonou para o México e conseguiu que a congregação de São José de León abrigasse a madre lá.

Ela não sabia de nada. Não tinha consciência de nada. A agressão contra ela foi muito pior que as que cometeram contra mim. Eu sabia o que se passava, ela, não. Uma injustiça.

* Auria Moreti nasceu em 1944, em São Joaquim da Barra. Viveu na fazenda Perobas até 10 anos, quando foi para a cidade concluir o primário. Morou em Morro Agudo por 3 anos e, então, foi para Ribeirão Preto. Seu primeiro trabalho foi nas Lojas Americanas, ao 14 anos de idade. Ela cursou um ano de Filosofia na USP, mas o que queria era Enfermagem. Prestou novo vestibular, passou, mas fez o curso até quando a política deixou. Nessa época, sua casa era o Centro Acadêmico da Medicina, onde mantinham, no porão, todos os equipamentos para impressão do jornal "O Berro". Sua primeira passeata foi em protesto à morte do estudante Edson Luiz, assassinado, no Rio de Janeiro.

“Madre Maurina era clarinha, tão branquinha e sua pele tão rosada que, mesmo naquela situação, a gente prestava atenção. Ocupei sua cela, a 4 do fundão do corredor do Dops. Levaram-na para o presídio Tiradentes naquele mesmo dia, para que a cela fosse ocupada por mim, pela Ana Vilma Penafiel e por Tiana, uma professora que gritava ter sido presa por engano. À noite trouxeram Makiko Kishi, presa por ter fotografado o grande Carlos Marighella logo depois de ter sido assassinado pelo Esquadrão da Morte.

Tiana estava agressiva, inconformada. Quando parou de gritar na pequena janela da porta, disse-nos mais ou menos o seguinte: ‘Por que vocês não são como a Madre Maurina, que falava comigo e me acalmava? Ela era o meu remédio!’ E voltou a gritar: ‘Cadê a madre Maurina, cadê a madre Maurina?’. Como esquecer daquela noite, em que os gritos de Tiana foram abafados por outra gritaria que se seguiu, quando os assassinos desceram para o corredor das celas festejando seu crime?

Nós não éramos a madre Maurina, a doce pessoa descrita nervosamente por Tiana. Não tínhamos a sabedoria e o poder para, numa situação daquelas, ser o remédio, o bálsamo necessário para alguém que sofria com seu próprio transtorno.

Nas vésperas do Natal, ao chegar ao presídio Tiradentes, ao subir a torre e ser levada para a cela da direita, vi dois rostos na cela em frente, a maior, observando quem chegava: um deles o da Dulce Maia querida, que eu ainda não conhecia. O outro, eu reconheci pela descrição constante de Tiana: era clarinha, muito rosada, já tinha idade, de óculos, a bondade percebida à distância.

Ficamos juntas poucos dias, pela minha lembrança. Logo depois, abriram as celas porque a cada dia chegavam mais meninas e ela foi transferida para Ribeirão Preto, se não me engano.

Ocupei de novo o lugar da madre Maurina: fui para a cela grande, a celona, que a Dulce ocupava com a madre. Sabíamos que tinha sido barbaramente torturada. Havia rumores de que teria sido violentada. Acho que nunca houve quem lhe perguntasse isso, não sei. Lembro-me

dela com um roupão florido, comprido, e para mim perguntou apenas do meu bebê, que tinha um mês na época da prisão. Contei-lhe que havia tomado uma injeção à força para cortar o leite. Ela me disse: 'Foi uma descarga de estrógeno'. E mais: 'Massageie os seios, use soutien, tenha cuidado que um dia podem aparecer nódulos...', enquanto segurava minha mão.

Esse foi nosso único contato. Ela foi embora, para uma outra prisão.

Acompanhamos, tensas, meses depois, a troca da madre e de outros companheiros pelo cônsul. O mundo todo falou nela, a freira presa pela ditadura. Foi banida, perdeu seus direitos políticos e sua cidadania, não podia voltar ao país. Mas voltou.

Em 1979, quando era repórter do Jornal Nacional, fui escalada para cobrir o julgamento dela, que insistiu em voltar ao Brasil apesar de ter sido banida. Pedi para não ir. Gostaria de ter ido como companheira e não como profissional. Mas o chefe foi irredutível. E ainda ouvi: 'Sem emoção, hem, sem emoção... postura profissional!'. Ele estava me pedindo o impossível.

Na auditoria militar, o mesmo lugar onde eu tinha sido julgada, anos antes, revi madre Maurina, ao lado de dom Paulo Evaristo Arns. Dessa vez, ela ocupava uma cadeira daquelas, como a que tinha sido minha: a de ré, na segunda fila - acho que a primeira estava vazia; é assim na minha lembrança.

A imprensa só podia ficar em pé ao lado daquele pequeno auditório. Fui até a frente, queria vê-la, dei um adeus rápido com a mão, mas mandaram-me voltar para trás. Ela me olhou e sorriu. Isso foi um pouco antes da lei da Anistia. Estava nas ruas, em todo lado, a campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Dom Paulo estava certo: era preciso furar as leis da ditadura. A vinda da madre Maurina, para ser julgada, foi uma exigência dela e acho que um acordo dele.

Na calçada da avenida Brigadeiro Luiz Antonio, todos se abraçavam. Ela fora absolvida. Mas queria voltar para o México, onde vivia num convento - explicou no microfone, à minha pergunta sobre o exílio. Depois me olhou nos olhos, sorriu, pegou minha mão e perguntou: 'E o nenê, como é que está o nenê?'. Nos abraçamos longamente, chorei na

hora e choro agora. Voltei pro jornal, levei a maior bronca por ter me emocionado e pedi demissão - mas isso é uma outra história, que continua com o Carlito, irmão da Dulce, a dona do outro rosto da celona, que me fez voltar atrás um mês ou dois depois.

Madre Maurina foi para o México. Disse que ia tranquila e não pensava voltar tão cedo. Agora, está no céu."

“OLHAR METÁLICO”

Depoimento de

Maria Aparecida dos Santos “Cidinha”*

Ex-guerrilheira da ALN atuou pelo grupo em Ribeirão Preto e São Paulo, onde foi presa e também esteve no presídio com madre Maurina.

“... a carcereira abriu as nossas celas e nós corremos para dentro da cela dela, onde tivemos uma conversa de uns dez minutos. Logo vi a coerência da madre Maurina. Corria o boato de que ela havia sido estuprada. Aliás, nem falavam estuprada, falavam violentada. A carcereira colocou a Áurea Moretti e a madre na nossa cela, cela 4, a maior que tinha lá.

Havia muitas companheiras irreverentes brincalhonas, que falavam palavrão, mas a madre riu, não ficou envergonhada, nada disso. Aproveitei e perguntei de forma direta: ‘Madre, aqui no presídio, corre o boato de que a senhora sofreu violência sexual’. Ela só respondeu: ‘Não’. Mas -- não sei se a Áurea sustenta isso -- ela disse: ‘É, mas teve um moço que veio caindo por cima dela...’. Não é o Dalmo Cirilo, o comandante da Equipe A da Operação Bandeirante. Era alto, não era loiro, não era moço, talvez uns 50, por aí. O Cirilo, duvido que tenha vindo pra cá. Ele era coronel de Infantaria ou da Cavalaria Mecanizada do II Exército, lá em São Paulo.

Insisti: ‘Madre, e a senhora, o que a senhora fez?’ Ela disse assim: ‘Eu empurrei ele com o braço e disse ‘sai pra lá’. Começamos a rir do jeitinho dela e a Áurea observou que ele estava bêbado. Veja a coerência: quando a madre dá a primeira entrevista, em 1998, ela repete exatamente isso. E se você pegar todo o depoimento da madre Maurina, quando ela está contando para o (ministro) Alfredo Buzaid, há um momento em que ela diz assim: ‘Ficamos ali esperando, não sabíamos o que ia acontecer...’. Quer dizer, elas ficaram esperando esse cara, que não veio. Até que veio um que as levou para a cela e aconteceu esse episódio de cair em cima dela.

Tenho observado é que sempre se levanta essa história do estupro. Parece-me que as pessoas gostariam que aquilo tivesse acontecido. O frei Manuel (irmão dela) e o d. Paulo (Arns) também falou. Ele

estive no México com ela e nos disse que não existe nada disso, nem estupro nem que ela teve um filho. Ela contou para ele exatamente o que escreveu para o ministro. Ao escrever a carta para o ministro, estava tudo fresquinho na cabeça dela. Foi alguns dias após sair do Presídio Tiradentes, ainda em dezembro de 1969.

Quando ela foi interrogada pelo Fleury, aqui em Ribeirão, ele era assim mesmo, perguntava: 'De onde você me conhece?' Ele era vaidoso. Ela respondeu: 'Foi quando você teve aquele problema com os padres.' Mas, veja bem, não pode ser, porque os padres foram presos no dia 2 ou 3 de novembro e o Marighella caiu dia 4. Ela disse que foi na revista 'Veja'; mas na revista, só saiu na semana seguinte. Aí, a madre pode ter feito uma confusão. Ou alguém se passou pelo Fleury...

Eu fui interrogada pelo Fleury, de madrugada. Com aquele olhar metálico, zombeteiro, ele perguntou se eu conhecia o pessoal aqui de Ribeirão. Isso foi no dia 18, 19 ou 20 de outubro. Falei que não, que não conhecia a Áurea nem a Nanci nem o Vanderley. Mas essas pessoas eu conhecia. Fiquei gelada: 'Meu Deus do céu, o que é isso?' Até então, só eu de Ribeirão estava presa, como eles sabiam dessas pessoas?

O Fleury queria, mesmo, pegar o Marighella. O Marighella começa a cair nesse momento, sinceramente, no dia 25 ou 26, quando cai o endereço com um companheiro e eles descobrem que esse endereço é do convento dos dominicanos. Eu fico muito constrangida de conversar isso com companheiros, levantar coisas tristes. Mas há como verificar isso através de documentos. O Marighella cai em seguida e morre. Já havia uma suspeita por causa das missas que ocorriam lá. O (delegado) Raul Careca ia lá, levava informações. Esse também era o terror, Raul Ferreira, Edsel Magnotti, Fábio Lessa, Alcides Singillo (?)... Alguns não batiam, não torturavam, mas faziam parte do esquema obscuro, arrematando o serviço do Fleury.

Considero uma profanação o que fazem com a memória da madre Maurina. É só ler com cuidado os depoimentos dela. Porque tudo o que fizeram com a madre fizeram conosco e muito mais. E não nos estupraram. Claro, arrancavam os botões das nossas blusas, passavam as mãos nos nossos joelhos, nos nossos seios, nos nossos corpos, beliscavam nossos seios, nos penduravam em pau-de-arara;

mas estupro, não. Para ela, isso era pior, porque era uma religiosa, inocente, não tinha militância. Toda vez que voltava de um interrogatório, a mãe chegava chorando, desorientada. Chorou pouco. Mas o frei Manuel, numa audiência, deu um chacoalhão no pessoal que teimava no estupro: 'Quem não sai desorientado de uma sessão de tortura? Só quem não é torturado!'. É muita fantasia. Muita ficção. A história não precisa de ficção, ela é real. Outra coisa: quem sai de uma sala de um pau-de-arara toda arrumadinha, com a blusa dentro do cóis das calças ou da saia. Não há nem como. A gente fica sentada e sai carregada.

Em São Paulo, recentemente, numa reconstituição da atividade da Operação Bandeirante com o pessoal do Condephaat, me perguntaram: 'Que mistério existe nessa história da mãe? Você pode ver lá em Ribeirão Preto?'. Eu disse: 'Não há mistério nenhum. Só muita invenção. E a mãe, enquanto ficar essa cortina de fumaça, não for respeitada através da verbalização dela e do que ela escreveu... Pra mim valem o que ela falou pra nós, o que ela escreveu. Mais importante: ela dizia que a maior injustiça cometida contra ela é essa mentira de que ela foi estuprada. Ela contou que chegou a entrar em depressão, no exílio, lá no México. Por quê? Lá dentro do presídio correu um boato de que no dia em que a mãe Maurina foi pegar o avião, ela estava com uma capa escondendo a barriga. Mas pelas fotografias se vê que não há capa nenhuma, não há barriga, a mãe está inteira.'

* Maria Aparecida dos Santos, 67 anos, professora graduada em Ciências Sociais, com militância política no Partido Comunista Brasileiro (PCB) que derivou para a Ação Libertadora Nacional (ALN).

Depoimento de
MARIA CLARA LUCCHETTI BINGEMER,
teóloga, professora e decana do
Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio:

“Maurina, ou a coragem da inocência, morreu no último sábado, irmã franciscana, de 87 anos, com a saúde muito frágil. Faleceu em Araraquara, em consequência de falência múltipla de órgãos. Religiosa desde muito jovem, aparentemente era uma freira como qualquer das muitas outras que por esse Brasil afora dão sua vida pelo Reino de Deus, fazendo os serviços mais humildes e obscuros e cuidando dos abandonados pela sociedade. Sua vida, no entanto, foi marcada por fatos diferentes, que nunca sucederam a outras irmãs da mesma congregação. Irmã Maurina foi a única freira presa e torturada nos porões da ditadura militar brasileira.

Em outubro de 1969, aos 43 anos, quando era diretora do Orfanato Lar Santana, foi presa em Ribeirão Preto. Ela cedia uma sala para reuniões de estudantes, ignorando que pertenciam ao grupo guerrilheiro Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Ao tomar conhecimento de que no porão do orfanato havia material impresso que eles ali guardavam, mandou queimar tudo. Depois, enterrou no quintal, sem nada dizer a ninguém, para não comprometer a instituição e proteger as órfãs por quem era responsável e também a suas irmãs de congregação.

Quando os militantes que ali se reuniam foram presos, Maurina foi levada junto com eles. Durante cinco meses a frágil mulher foi interrogada e torturada: levou choques, foi pendurada no pau-de-arara e obrigada a assinar falsas confissões de ser amante de um dos militantes. Ouviu insultos, calúnias, ameaças de morte, gritos. De tal forma eram as atrocidades a que foi submetida que o então arcebispo dom Felício da Cunha levou o caso à cúpula da instituição e excomungou dois dos delegados que se ocupavam da religiosa, Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano.

O caso de irmã Maurina – totalmente inocente - inspirou pessoas como dom Paulo Evaristo Arns, na época bispo auxiliar e depois cardeal e arcebispo de São Paulo, a se engajar na luta social. O Brasil inteiro recorda com admiração a coragem do cardeal paulista em denunciar e

combater as torturas e violações aos direitos humanos que aconteciam nos cárceres brasileiros. Todo o meio eclesial brasileiro tomou conhecimento do caso da irmã Maurina, que recebeu o apoio de muitos cristãos, religiosos ou leigos solidários com sua situação.

Quando o cônsul japonês foi sequestrado e trocado por vários presos depois exilados no México, irmã Maurina estava entre eles. A notícia de que sairia do Brasil foi para ela um rude golpe. Não queria, não pensava em deixar seu país. Algemada, entrou no avião sob os olhares espantados e chocados de muitos. Tempos depois, pode voltar ao Brasil. Desde então, levou uma vida absolutamente discreta, na oração e no trabalho que sua congregação lhe pedia. Jamais consentiu em ser fotografada, nem apareceu na mídia.

Aos que lhe perguntavam como se sentia com respeito a seus carrascos, teve apenas palavras de perdão. Em recente entrevista, no entanto, declarou suspeitar que o que realmente detonou o processo de sua prisão foi o fato de que para sua creche também mandavam crianças filhas de mães solteiras, cujas famílias tinham posses, mas não queriam criar os filhos.

Candidamente, ela foi de casa em casa devolver as crianças e dizer que a creche das franciscanas não era lugar para elas. Pertencia às crianças pobres e necessitadas, que não tinham onde viver. Irmã Maurina acreditava que seu gesto provocara raiva nas famílias e que a denúncia que a levou à prisão pode ter vindo dali.

Mas não cultivava ódio nem rancor de seus detratores e torturadores. Segundo testemunho de uma companheira de cela, ela dizia que sua prisão foi apenas a parte que lhe coube na História. E ponto.

Num momento em que as mulheres estão em alta no Brasil, vivendo a novidade de sua primeira presidente mulher, uma figura como a de madre Maurina é digna de ser olhada com respeito e admiração. Sua coragem e fé inabalável diante das torturas, da prisão, do exílio varrem para bem longe o estigma de "sexo frágil" que pesa sobre a mulher em tom depreciativo. A inocência e a fragilidade de Maurina foram transfiguradas em força pela graça d'Aquele a quem entregou sua vida. Agora, ressuscitada, ela o contempla sem véus nem parcialidades. Que interceda por nós, a fim de que possamos fazer um Brasil melhor para nossos filhos e netos".

MADRE EUNICE VILELA,
franciscana da Imaculada Conceição,
escrita por ocasião do sepultamento de madre Maurina

“A vida é graça. A morte é graça em plenitude. Só podemos agradecer. Agradecer pela vida, o dom de cada momento, pelo dom da vida dos irmãos, e por tudo o que a vida nos traz. Só podemos agradecer pelo mistério da vida, que é tão grande e ultrapassa a morte, pois morrer é viver para sempre com o Pai do Céu.

Hoje, (5 de março de 2011) estamos aqui para agradecer a vida de nossa Irmã Maurina e relatar um pouco de sua história. Irmã Maurina nasceu em uma família do interior de Minas Gerais no dia 20 de junho de 1924.

Cresceu na comunidade de Perdizinha, município de Perdizes, um aglomerado de 50 casas construídas ao redor de uma capela.

Ali, havia missa uma vez por mês e reza do rosário todos os domingos. Seus pais, Antônio Borges da Silveira e Francelina Teodora Borges, eram católicos fervorosos e a sua vida familiar, regida pela piedade e prática da religião.

Ao todo, eram 11 irmãos, quatro dos quais se tornaram religiosos. Irmã Maurina descobriu sua vocação aos 7 anos de idade ao ouvir o pai contar a história de São Francisco de Assis. Aos 14 anos, convenceu os pais a levá-la para o convento, e assim ela veio para Araraquara iniciar sua vida religiosa, ingressando no Aspirantado em 21 de janeiro de 1942. Fez o Postulado em 1944 e o Noviciado, em 1945. Emitiu seus Votos Perpétuos, a 11 de janeiro de 1950.

Maurina trabalhou em várias Comunidades:

Colégio Nossa Senhora de Lourdes, São Paulo - 10 anos

Juvenato Coração de Jesus, Gaspar – SC - 10 anos

Lar Sant’Ana, Ribeirão Preto – SP: 1 ano e 6 meses

Cidade do México: 14 anos

Externato Santa Terezinha, Araraquara – SP: 8 anos

Comunidade das Irmãs, Catanduva – SP: 24 anos

Em novembro de 2010, veio muito doente para Araraquara, necessitada de cuidados.

Nossa querida Irmã Maurina passou por duros sofrimentos e foi uma das vítimas da ditadura militar no Brasil. Isto se deu em outubro de 1969. Nesta ocasião, Irmã Maurina dirigia um lar de crianças órfãs e carentes em Ribeirão Preto. A pedido de um grupo de estudantes, cedeu uma das salas da instituição para que fizessem reuniões, não sabendo que pertenciam à Frente Armada de Libertação Nacional (Faln), organização de pequeno porte que se propunha combater a ditadura. A atitude custou-lhe o exílio para o México, onde permaneceu dez anos.

Ali, foi bem acolhida pela Congregação Religiosa das Irmãs de São José de León. Nesse período, dedicou-se à Pastoral de Casais com Cristo em onze povoados. Após dez anos de exílio, voltou ao Brasil, em 1979, ano da anistia, quando foi julgada e absolvida. Retornou ao México para concluir sua missão pastoral por quatro anos.

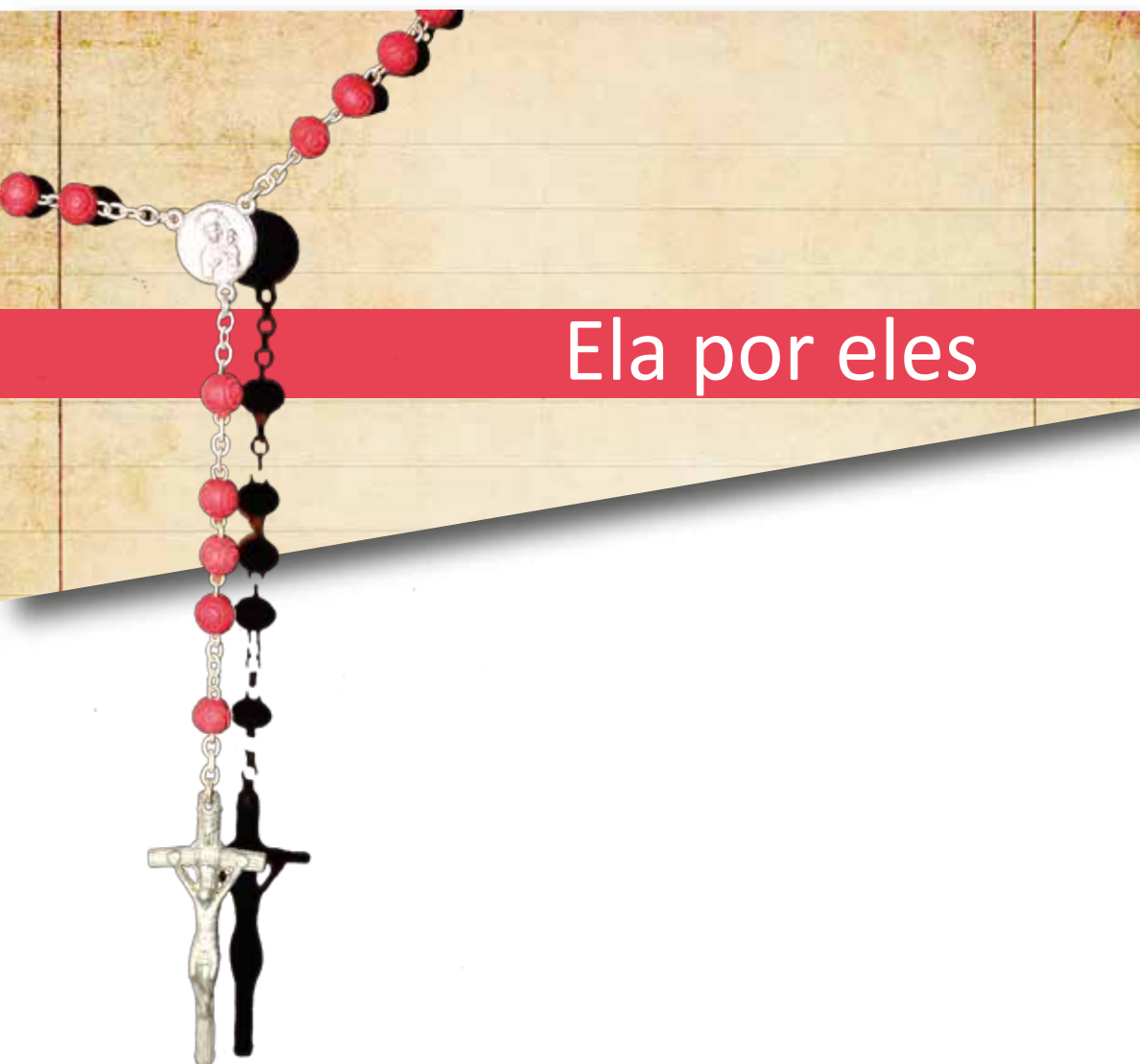
Na volta definitiva ao Brasil, assumiu trabalhos pastorais e dedicou-se à direção espiritual da Ordem Franciscana Secular de Catanduva.

Dizia: 'Não gosto de falar sobre o que passei, já perdoei a todos'.

Querida Irmã Maurina, hoje, revendo sua trajetória de vida, queremos lhe agradecer pelo que você foi, pelos sofrimentos, trabalhos e, sobretudo, por sua fidelidade à Igreja, à Congregação e por seu grande amor à nossa Pátria. Pedimos que interceda junto ao Pai do Céu e a Mãe Aparecida pelo nosso querido Brasil, para que possa gozar sempre de um regime democrático justo, solidário, respeitoso, responsável - regime que faça de nossa nação promotora da paz, pois esta é a vontade de nosso Pai do Céu."



Foto: Irmã Maurina com religiosos na sua volta ao Brasil. Acervo da família.



Ela por eles

“Quem sabe muito sobre a irmã Maurina é o Mário Lorenzato. Ele assistiu à prisão do Vanderlei Caixe, eram amigos. O Mário era o líder dos estudantes que se reuniam no Lar Santana. Mas a madre Maurina não sabia, mesmo, do que se tratava nas reuniões. Para ela, era sempre aquele grupo de adolescentes da igreja, que se reunia e que o Mário liderava. Ela nunca foi a nenhuma reunião nem para ver o que tinha ali. No final, parece, eles começaram a guardar alguma arma ali, mas isso em eu tenho certeza. Também eram impressos o jornal “O Berro” e uns dois ou três documentos sobre luta armada.

Em Cravinhos cada vez levavam uma de nós para interrogar. Queriam saber onde estavam os outros ‘aparelhos’, onde estavam as armas. Acho que por isso que não me mataram. Pensavam que eu sabia onde estava o que eles procuravam. Muita coisa eu sabia, mas o que eu não sabia era do Lar Santana, mesmo.” (Áurea Moretti – Abril de 2014).

“Na época, eu estava com 29 anos. E de acordo com a maneira de pensar e minha maturidade, abracei essa missão que, infelizmente, teve seus limites e os resultados todos já sabem. Dentro de uma corrente positiva, achamos que estávamos do lado certo, procurando sempre desenvolver o ser humano. E que para o trabalhador houvesse uma avanço, um progresso. Temos a esperança, ainda, de conseguir melhores dias.

Minha atividade política era mais em nível estudantil. Eu estava na faculdade, fazendo o curso de Estudos Sociais, quando se deu minha prisão. Alimentávamos uma força muito grande para se aproximar da melhor solução para o País. Foi quando me engajei no movimento da FALN. Minha função principal, de acordo com a determinação do grupo logístico, além de produzir o jornal “O Berro”, fazer divulgação do movimento e intensificar contatos com os representante da igreja católica. Esses contatos eram principalmente na região, com religiosos, operários e trabalhadores rurais.

O Vanderley Caixe e seu irmão, Abrão Caixe Neto, que também fazia parte do movimento, lideravam o encaminhamento das atividades.

Quando foi feita a proposta para a irmã Maurina, de ocuparmos um a sala no Lar Santana, ela imediatamente aceitou. A única proposta era que, em troca de usarmos o local, nós reformássemos o prédio. A irmã Maurina ficou muito, mas muito, satisfeita. Era, realmente, necessária essa intervenção, porque o prédio estava mesmo numa situação muito difícil. Fizemos uma área de lazer, onde implantamos um sábado dançante, lá.

O Lar Santana era um lugar mais seguro para reuniões, e por se entender que era ligado à igreja, nós nos sentíamos mais protegidos. Seria o único lugar seguro para imprimir o jornal, porque ele já era de conhecimento da censura, circulava normalmente, inclusive nas bancas. Quando foi proibido, procuramos um local para ele ser feito de forma oculta e obtivemos todo o apoio da irmã. Ela tinha conhecimento desse nosso trabalho de fazer o jornal e da nossa posição política. Ela apoiava, mas nunca falamos com ela, por exemplo, sobre a luta armada. Isso ela não sabia. Seu conhecimento se baseava na leitura do jornal.

Foi um tempo interessante, que aproveitamos bastante. A irmã Maurina foi uma baluarte, uma pessoa importantíssima no movimento aqui em Ribeirão Preto, como expressão e como representante da igreja. Ela tinha, no ideal dela, o sentimento de poder fazer alguma coisa. Além dela, vários religiosos se interessavam pelo que fazíamos: o hoje bispo dom Angélico Bernardino, o padre Plínio, de São Simão, o padre Joaquim Pacheco, o dom Davi Picão, bispo em Santos, o padre Gilberto, vigário em São Simão, que depois foi professor do seminário no bairro do Ipiranga, em São Paulo... Foram muitos.

Fora da igreja, não é fácil lembrar o nome de todos, passados 45 anos. Ainda mais que vários eram conhecidos pelo “nome de guerra”. Mais: tínhamos, por princípio de autodefesa não se saber a identidade do outro. Quanto a ações armadas aqui na região, sabíamos que havia treinamento de guerrilha numa fazenda nas proximidades de Sertãozinho. Mas eu não sei nem citar, porque não participava dessas atividades.

A FALN não tinha apoio de nenhuma instituição internacional nem de Cuba. O que tínhamos era um contato aberto com o grupo do Mari-ghella. O Wanderley abriu esse contato em São Paulo, o qual eu fui incumbido de realizar. Foi pouco antes da queda do grupo. Nós, de

Ribeirão, caímos antes da morte do Marighella. Estávamos presos quando soubemos. O membro do grupo do Marighella com quem eu tinha contato era o 'Cavalcanti', nome de guerra. A FALN acabou nesse ponto.

Nem se imagina o sofrimento dos nossos companheiros nas mãos dos delegados de Ribeirão Preto nesse momento. Não tiveram limites na tortura. No caso da chegada da equipe do Fleury, vimos que ele montou uma cadeia de violência desde pancadas a choques por todo o corpo dos presos. Não dá para ninguém se conformar por ser tratado daquela maneira. Eu também fui vítima. O procedimento deles era para todo mundo. Houve ameaças, fuzilamento simulado. Foi muito triste.

A primeira providência era reunir os presos numa sala, seminus. Punham um soldado armado com fuzil que ficava apontando, como se estivesse esperando o momento para fuzilar. Depois que mexiam bem com nosso interior, com nossa mente, começava a mudança de salas. Havia umas quatro salas. Na primeira, alguém perguntava alguma coisa e o soldado batia; depois vinha a palmatória, na outra, pancada na cabeça e na última, choque: a gente se sentava numa cadeira, com um pano molhado na cabeça – era a 'cadeira do dragão' – amarravam fios em várias partes do corpo. Até nos órgãos genitais. Foi terrível, muito forte. É desagradável até comentar. Mexe muito com a emoção da gente. Depois disso, eu fiquei 15 dias dentro da cabine de uma camionete, para não ter contato com ninguém. Enquanto isso, improvisaram um açougue que havia no quartel – éramos mais de 30 pessoas – um cômodo de 3m2 X 10m2. Era na São Sebastião com Sete de Setembro, onde hoje está a Delegacia Seccional de Polícia.

Madre Maurina foi presa depois de nós, mas o tratamento dispensado a ela foi semelhante, porém muito mais humilhante, porque ela não foi tratada como uma religiosa, mas como uma mulher qualquer, sem responsabilidade, sem identificação social, como uma indigente. Se quisessem, poderiam mata-la e enterrá-la, sem a mínima cerimônia que se dá a um ser humano. Ela foi muito torturada. No dia em que me levaram para acareação com ela e a Áurea (Moretti) na cadeia de

Cravinhos, estavam irreconhecíveis.

Depois, fomos transferidos para o Dops, em São Paulo, durante uma semana até ir para o Tiradentes, onde não houve mais violência, mas não faltaram manifestações de policiais contra nós, tortura psicológica. Estávamos com presos comuns. A maioria deles acabou sendo solidária a nós. Tomávamos sol juntos... A convivência nos amadureceu, eles nos ensinaram como nos comportar diante da repressão. E nós, quando saía um preso comum, cantávamos o hino da Internacional Socialista pra eles. Eles faziam parte de um capitalismo que não melhorava nada a vida de ninguém. Achavam que a solução era tirar da sociedade o que está sobrando e o que eles precisam. E isso tentávamos passar a eles. Eles já entendiam isso. Que o capital cresceu muito e o ser humano ficou muito diminuído. Sabiam que eram a parte explorativa do capitalismo.

Fui condenado a dois anos e dois meses. Fiquei um ano e seis meses presos lá no Tiradentes; fui colocado em liberdade e voltei a ser preso, até obter a liberdade definitiva. Independentemente do sofrimento, da amargura, a experiência foi um grande estímulo de vida, graças à fé que nos sustenta com o idealismo de colocar o ser humano em primeiro lugar.

Em liberdade, quando voltei a Ribeirão, encontrei muita rejeição. Por coincidência, um emprego que arrumei foi na Ultralar (do grupo Ultra, dirigido pelo empresário Henning Albert Boilesen, morto em 12 de Abril de 1971, em ação da Ação Libertadora Nacional e do Movimento Revolucionário Tiradentes, porque apoiava e sustentava a Oban). Quando viram minha ficha de empregado, não me aceitaram naquele emprego. Ao ser preso, eu trabalhava na Prefeitura de Ribeirão Preto, mas o prefeito Antônio Duarte Nogueira não quis me aceitar de volta e largou o problema na mão do coronel Jaime "Louco". Uma vez por semana eu tinha de passar por esse coronel e era interrogado. Ele queria saber com quem eu mantinha contato... Ele estava interessado em pegar um amigo nosso, o cientista Warwick Estevão Kerr, geneticista da USP. Tudo isso depois de ter cumprido a pena. Dava a impressão de que a qualquer momento eu ia ser preso novamente. No primeiro ano de liberdade, passamos a Semana da Pátria presos.

Vivia de fazer sacolas, que eu aprendi no presídio, e ajuda de amigos e parentes. Terminei de pagar meu advogado com o dinheiro da venda das sacolas. Minha vida começou a se normalizar a partir de 1974, com ajuda de um amigo, no controle do almoxarifado do Clube Palestra, durante nove meses. Depois, como minha senhora trabalhava na Cervejaria Paulista, que a Antártica tinha comprado, consegui trabalho na nova fábrica que estavam abrindo em Goiânia. Fiquei lá dois anos.

A partir daí, não tive mais nenhum envolvimento político.

* Mário Lorenzato, filho caçula de família humilde de origem italiana, cresceu acompanhando toda a luta dos pais e irmãos para a difícil sobrevivência com dignidade; inicialmente no campo, com o cultivo da terra, para só mais tarde transferirem-se para a cidade, onde ainda, muito pequeno, teve que iniciar no trabalho, ora transportando marmitas, ora engraxando sapatos, ajudar a família. Dividia o seu tempo de criança e adolescente com o binômio: trabalho e estudo; as brincadeiras e a diversão não eram direito seu, por isso, reservava algumas horas nos fins de semana para a sua grande paixão, o futebol.

Desta forma, o tempo correu rápido para ele, que cedo ainda sofreu a perda do pai e com todos os irmãos já casados, tornou-se o único arrimo da mãe, à época já idosa. Assim, chegou em 1969 à Faculdade de Ciências Sociais pela Instituição Universitária Moura Lacerda, porém, estava prestes a despertar do sonho e conhecer a triste realidade de um regime cruel e despótico. À época estava ligado aos movimentos universitários e aos da igreja católica, razão pela qual encarregou-se da distribuição do jornal "O Berro", que por abordar com firmeza e transparência questões sociais e políticas relevantes do momento, o que muito incomodava as autoridades constituídas, sofreu imediata represália, quando, em 1969, teve a sua prisão preventiva decretada, depois de uma perseguição desumana, sob a acusação de prática de atos subversivos.

Passou por torturas físicas, morais e psicológicas aviltantes. Foi julgado e condenado em 01/07/1971, a dois anos e dois meses de prisão que cumpriu no Presídio Tiradentes, em São Paulo, Capital.

ANTÔNIO CALLADO

Jornalista e escritor (1917 – 1997)

Revista ISTOÉ, 9-7-1979, pág. 90, em artigo sobre o torturador
Sérgio Paranhos Fleury e Madre Maurina:

(Este texto já estava escrito quando morreu o delegado Sérgio Paranhos Fleury)

“O castigo que esperava o doutor Fleury: uma embaixada. Não é assim que o sistema castiga?

Quando o governo militar brasileiro vai considerar que já pagou ao delegado Fleury o que lhe deve, para, finalmente, removê-lo da vida pública do país? Porque Fleury é isso: uma figura pública, um homem notório, famoso, uma espécie de varão de Plutarco virado pelo avesso, de Caxias da cizânia, do ódio entre brasileiros, antipacificador por excelência.

Outro dia achei que o Fleury ia realmente ser punido. Quer dizer, punido à moda da casa. Com uma embaixada, por exemplo, a título de recompensa por serviços prestados. Imaginei que fosse representar o Brasil, digamos, em Assunção ou Montevidéu. Mas achei que, pelo menos, na pior das hipóteses, o governo ia afastá-lo do nosso campo de visão imediato.

Sofri esta miragem, caí neste ledor engano, há um mês e meio: dia 16 de março passado, para ser mais preciso, quando li nos jornais o depoimento que, em São Paulo, perante o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Circunscrição da Justiça Militar, prestou madre Maurina Borges da Silveira.

Cara a cara com o torturador: o delegado Fleury já foi acusado de assassinio e tortura tantas vezes. Já ganhou tantos combates, mesmo contra adversários infinitamente superiores, como o magistrado Hélio Bicudo, que parece um tanto tedioso ouvir falar desse ‘enfant terrible’, uma espécie de filho mimado do golpe de 1964.

Mas atenção para a diferença: madre Maurina, que foi ouvida com o maior respeito pelos juizes militares, está viva, está em plena posse de suas faculdades mentais e de sua saúde física. Acho que nenhuma vítima de torturas falou, até hoje, com maior clareza do que ela. Acresce

que ninguém a desmentiu.

Madre Maurina contou como, ao ser detida em 1969, foi, antes de tudo, maltratada e torturada por vários homens:

‘Aí, entrou o doutor Fleury, que eu conhecia de fotografias por causa dos dominicanos. Eu estava de cabeça baixa, não olhei para ele. Mas ele me mandou olhar nos olhos dele e não tirar o olho de seu rosto enquanto ele estivesse falando. Ele me disse: ‘Como você está acostumada a falar com os padres, então eu vou chamar um para você confessar todos os seus crimes’ (...) Ele fez um sinal para uma pessoa que estava atrás mim, que eu não vi. Essa pessoa ligou uns fios nos meus pulsos e começou a dar choques elétricos. E o delegado Fleury ficou ali, todo o tempo, vendo eu pular na cadeira e rindo e gozando enquanto eu pulava. Naquela hora, fiquei com dó deles. Pela salvação do Brasil.’ Isto falou madre Maurina, e foi ao ler seu depoimento que imaginei alguma coisa, pelo menos alguma embaixada, fosse acontecer ao Fleury. No entanto, que eu saiba, que eu tenha visto ou lido, não aconteceu nada. Absolutamente nada.

Confesso que esse endurecimento dos espíritos me mete medo. Quaisquer que tenham sido as intenções daqueles que introduziram a tortura no Brasil, como um departamento do serviço público, a consequência (prevista por Márcio Moreira Alves em seu livro de 1967, *Torturas e Torturados*) foi essa a aceitação do convívio com Fleury.

Em geral, o mecanismo de defesa, e de preguiça, que pomos a funcionar diante do horror que é a tortura em si, e da culposa aflição de nada fazermos contra ela, tem sua mola na ausência de algum elemento indiscutível de prova, de uma certeza total, absoluta. Acusado de haver levado frei Tito ao suicídio, por exemplo, Fleury disse que não se lembrava dele. Alegou, meio enfarado, que muitos padres tinham passado por suas mãos.

Madre Maurina, porém, além de viva e saudável, encontra-se em Ribeirão Preto. Fleury, vivo, saudável, gordo e rico, está na chefia do DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais), em São Paulo. Madre Maurina declarou: ‘Acredito que o que sofri foi um benefício de Deus, uma forma de contribuir para a salvação do Brasil.’

Bacia de lata e fecho de ouro -- Minha ideia, quando resolvi relem-

brar o depoimento de madre Maurina, foi oferecer esta 'Sacada' (nome da seção em que Antônio Callado escrevia na Revista IstoÉ), como contribuição ao estudo de Ralph della Cava sobre a tortura no Brasil, publicado em Ensaio de Opinião. Apesar de escrito anos atrás, o texto de Della Cava tem força de síntese e se completa com duas cartas enviadas pelo então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, professor Lincoln Gordon, que tantas vezes, tão em vão, tem tentado eximir-se de culpa pela crucificação da liberdade no Brasil, durante seu pro-consulado. O tom de L. Gordon lembra muito o de P. Pilatos. Para se ter ideia do que valem as declarações do embaixador Gordon, basta lembrar que em setembro de 1964 saíram no 'Correio da Manhã' várias reportagens sobre torturas, de Márcio Moreira Alves, incluídas depois no livro citado.

O general Geisel apurava torturas em Pernambuco naquele tempo. O 'passeio' que o coronel Darcy Villocq fez Gregório de Bezerra dar pelas ruas de Recife, seminu, uma corda amarrada no pescoço, foi divulgado no país inteiro. Mas Gordon não soube de nada nem do que saía nos jornais. Segundo ele, na carta a Della Cava, só houve tortura no Brasil a partir de 1968. Ora, ele deixou a embaixada no começo de 1966: "E minha participação como secretário de Estado assistente, na formulação da política oficial americana para a América Latina, encerrou-se em julho de 1967".

É consolador assinalar, no entanto, que o estudo de Della Cava começou com o caso madre Maurina, o qual, dia 15 de março passado, por ela própria foi encerrado com tanta dignidade e nobreza. Um fecho de ouro, para compensar a bacia de lata do Pôncio Gordon."

CESAR VANUCCI

Jornalista, Uberaba, 11/07/2011:

“Você sabe que praticamos torturas. Mas para você não é difícil de suportar porque a vida de freira já é uma tortura.” (Frase ouvida por madre Maurina durante um dos ‘interrogatórios’)

“Os veículos de comunicação e os órgãos de defesa dos direitos humanos mantiveram-se inexplicavelmente emudecidos com relação ao falecimento, ocorrido no último dia 5 de março, em Araraquara - SP, estado de madre Maurina Borges da Silveira, vítima inocente de uma tragédia espantosa ocorrida nos chamados ‘anos de chumbo’.

Todos parecem esquecidos de que o martirólogo dessa mulher valorosa foi fato fundamental no desencadeamento da reação desasombrada do cardeal arcebispo dom Paulo Evaristo Arns, à testa de um grupo que congregou outras influentes lideranças espirituais, na denúncia e no bom combate às ignomínias praticadas por ‘agentes da lei’ nos porões da ditadura militar. Foi assim que começou o movimento que, mais tarde, receberia a denominação de ‘Tortura, nunca mais’.

Fiquei conhecendo madre Maurina nos idos de 1956. O ‘Correio Católico’, diário vinculado à Arquidiocese de Uberaba, do qual era editor-chefe, publicou reportagem a respeito de uma família de Perdizinha, Triângulo Mineiro, que se notabilizava pela especial circunstância de abrigar em seu seio quatro irmãos (dois homens e duas mulheres) que optaram pela vida religiosa. Um deles, Manoel, frade dominicano, assumiu o cargo de superior na congregação. Outro, Vicente, integrante do clero regular, exerceu funções paroquiais na Província Eclesiástica de Uberaba.

Os pais, Antônio Borges da Silveira e Francelina Teodoro Borges, pequenos sitiantes, pessoas simples, rodeadas de estima e apreço no lugarejo em que viviam, criaram condições perfeitas para que a vocação religiosa dos filhos pudesse florescer. Nutriam com relação ao fato justificável sentimento de orgulho.

Em 1970, 14 anos passados, de forma inesperada e num relato extremamente chocante, tive notícia novamente de Maurina Borges da

Silveira. Visitava, naquela manhã de sábado, como fazia todas as vezes em que ia a Uberaba, o arcebispo dom Alexandre Gonçalves Amaral. Apoderado de santa indignação, o ilustre e saudoso prelado, uma das inteligências mais fulgurantes do episcopado, articulando-se com outros membros da Igreja na busca de uma solução para o caso, colocou-me a par dos hediondos pormenores de uma violência inimaginável cometida por agentes do governo contra a referida religiosa, à época diretora de uma instituição assistencial em Ribeirão Preto, o Lar Santana.

Aos 43 anos, a freira foi arbitrariamente detida por truculentos membros da tristemente célebre Operação Bandeirantes (Oban), sob a falsa acusação de participar de um grupo armado hostil à ditadura militar. O orfanato de Madre Maurina cedia na ocasião uma sala para reuniões periódicas de estudantes ligados à Ação Católica. Alguns ou todos eles, não se sabe bem, opunham-se ao regime vigente, mantendo segundo a polícia, ligações com movimentos da chamada guerrilha urbana.

Inteiramente consagrada ao mister religioso, ela nada sabia a respeito das ações políticas desenvolvidas pelos rapazes. Mas por conta da cessão da sala, por sinal cedida aos jovens antes mesmo de sua chegada à direção do orfanato, acabou sendo lançada, de hora para outra, no torvelinho avassalador de uma tragédia com características, pode-se dizer, kafkianas.

Foi detida, espancada, torturada, seviciada, alvo de toda sorte de humilhações. Seus algozes forçaram-na, na base da pancada e do choque elétrico, a assinar declarações em que se confessava amante de militantes políticos apontados, como era de hábito na época, como subversivos. De nada valeram as ponderações feitas em seu favor por religiosos e superiores eclesiásticos. Nem as manifestações solidárias das pessoas que acompanhavam de perto, com admiração, a rotina de seu extraordinário trabalho apostólico, dando testemunho fidedigno de sua absorção por inteiro à bela missão assistencial a que se dedicava.

As atrocidades tomaram tal proporção que o então arcebispo de Ribeirão Preto, dom Felício Vasconcelos, atordoado face ao desinteresse das autoridades em investigar as denúncias acerca das ignomínias

cometidas contra a freira, diante do silêncio cúmplice e acovardado da grande mídia e do amordaçamento imposto aos demais veículos de comunicação, tomou a arriscada decisão de ocupar os púlpitos de Ribeirão Preto para condenar as felonias dos agentes policiais e militares e decretar oficialmente a excomunhão dos agentes envolvidos na estarrecedora ação criminosa.

O extinto 'Jornal do Brasil', na edição de 16 de novembro de 2003, publicou o teor de uma carta que madre Maurina conseguiu fazer chegar às mãos do então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, 'invocando a Deus como testemunha', e relatando, com pormenores, os suplícios a que foi submetida pelos seus captores. Os pormenores dos 'interrogatórios', das sessões de tortura, das sevícias de natureza sexual são simplesmente apavorantes.

A carta não mereceu qualquer atenção digna de nota da parte do governo. O apelo angustiado da freira esbarrou em glacial e cruel indiferença. Dom Paulo Evaristo Arns, em depoimento ao Jornal do Brasil em 16/11/2003, confirmou as sevícias infligidas à religiosa durante o período em que permaneceu detida. Disse, a propósito: 'Não negarei as evidências das sevícias sexuais, pois isso ficou demonstrado no depoimento dela e de outras presas que estavam com ela em Ribeirão Preto e também passaram por esses horrores.'

No mesmo depoimento, o cardeal desmentiu enfaticamente um boato maldoso posto a circular, ao que tudo faz crer, pelos próprios agentes policiais e militares que a mantinham encarcerada, a respeito de que a freira estaria grávida em consequência de 'relacionamento promíscuo com companheiros de militância política'. A sórdida maquiagem ia mais longe: por causa de 'inconveniente gravidez', madre Maurina decidira fazer 'aborto'. À vista de tudo, a Igreja 'teria intercedido junto ao governo para que a religiosa figurasse numa lista de presos políticos encaminhados ao exílio no México em troca da libertação de um cônsul japonês sequestrado pela guerrilha urbana.

O combativo dom Evaristo desfez toda a rede de intrigas: 'Está na hora de acabar com as mentiras e os boatos que rondam esse episódio. Penso que a inclusão do nome de madre Maurina na lista de presos trocados pelo cônsul japonês se deve aos próprios militares. Eles que-

riam, naquele momento, demonstrar para a opinião pública o quanto a Igreja estava comprometida com a causa. Essa foi a forma de desmoralizar os religiosos, exibindo-os como terroristas, numa espécie de vingança. Ela era mulher e freira. Isso chamava a atenção mais que tudo.

Madre Maurina ficou ainda mais arrasada psicológica e fisicamente – se isso fosse ainda possível de ser concebido, face ao martírio que lhe foi imposto – com o exílio forçado. Firmou declaração, reafirmando sua inocência ‘diante de Deus’ com relação às acusações, dizendo não conhecer nenhum dos integrantes da lista dos prisioneiros trocados pelo cônsul-geral do Japão, nem tampouco nenhuma das organizações ‘subversivas ou comunistas, ou o que quer que seja’, envolvidas nos acontecimentos daquela hora. Explicitou com clareza sua disposição pessoal em não sair do Brasil para qualquer outro país e, aqui, poder provar, perante a Justiça, a verdade dos fatos.

Já no exílio, no México, dirigiu apelos dramáticos ao governo para que lhe permitisse o retorno, “a fim de ser normalmente processada e julgada (...) e demonstrar a minha inocência.”. Do México, recolhida ao Convento das Irmãs de São José de León, onde permaneceu em exílio forçado até a anistia em 1979, madre Maurina encaminhou inúmeras correspondências às autoridades brasileiras, pedindo permissão para regressar a terra natal.

Existem indícios de que, em alguns setores do governo, houve quem se desse conta, em dado instante, da necessidade de se proceder a um reexame do doloroso caso da freira impiedosamente alvejada pela boçalidade e paranoia dos agentes da lei.

Em julho de 1971, a 2ª Auditoria da 2ª Comissão da Justiça Militar aconselhou o retorno da madre. Esse posicionamento, unânime e inédito, foi tomado num período ainda de violenta repressão. De algum modo, o ministro Alfredo Buzaid sensibilizou-se com a decisão. Chegou mesmo a elaborar exposição de motivos ao então presidente Médici com minuta de decreto até assinada revogando o banimento da freira. O expediente ficou paralisado até junho de 76, alcançando, já aí, o governo Geisel. O sucessor de Buzaid na pasta da Justiça, Armando Falcão, deu andamento ao processo retido emitindo parecer conclusivo

contrário à concessão da permissão da vinda da interessada, por inoportuna e inconveniente. Geisel acatou o parecer.

Madre Maurina continuou a amargar o indesejado exílio. Nessa tormentosa fase, morreu seu pai, Antônio Borges da Silveira. Negaram-lhe o direito de comparecer ao sepultamento. Frei Manoel, dominicano, pouco antes da partida de Maurina, não escondendo imensa ternura e orgulho em relação à irmã, comentou o sofrimento inaudito que seu martírio impôs à família. Contou, ainda, que numa das sessões de tortura a que foi a freira submetida, ela clamou por Deus, dizendo aos torturadores que Ele estava ali presente. Deu para perceber que alguns deles sentiram-se, momentaneamente, abalados com aquela invocação, dando sinais de medo. Apesar dos suplícios por que passou, Maurina perdoou-os a todos. 'Sua fé foi sempre muito grande', é o sacerdote ainda que afirma.

A freira sabia das atividades políticas, consideradas subversivas pelas autoridades, de que os integrantes do Movimento Estudantil Jovem desenvolviam na sala em que se reuniam no Orfanato sob sua direção? Maurina insiste: "Não sabia. Não sabia de nada. Só sabia do Movimento de Estudantes Jovens, mas nada mais. Nem desconfiava. Um dia, o pessoal do MEJ me pediu para fazer uma palavra sobre o amor. Então, nem dá pra imaginar que gente de um grupo guerrilheiro se interessasse por palestra de uma freira sobre amor."

FRANCISCO PLÁCIDO BORGES

(irmão mais novo de Maurina e o sobrinho Edson)

“A notícia do banimento e da obrigação de ela ir forçada para o exílio foi um impacto muito grande para a família. E eu, particularmente, como o mais novo, senti porque, pela diferença de idade entre nós, ela foi minha pajem. Eu, ao saber, acionei meus irmãos Misael e Ildo Pereira Borges. Fomos para o México e lá, recebidos muito bem pelas irmãs. Maurina foi muito bem querida por aquele povo. Sofremos bastante, mas houve muito alívio, também, porque dom Paulo Evaristo esteve por lá, dom Picão e o frei Manuel (irmão de Maurina) também estiveram. Esse carinho, inclusive dos religiosos que participaram do conclave de Puebla, foi o que de mais importante aconteceu lá. Todos se preocuparam, ao voltar para o Brasil, a levar palavras de conforto para minha mãe.

Quando nós saímos do Brasil e fomos para o México, eu pensava: ‘Como vai ser? Ela estará muito acabrunhada, preocupada...’ Mas, não. Nós a encontramos muito bem amparada, tranquila. E politicamente, também. Porque nós notamos que a chegada dela foi auspiciosa. Os outros que saíram daqui, já foram imediatamente para Cuba. Eles nos levaram a passear, no Teatro de Belas Artes, e não nos deixaram pagar nada. De fato, aqui, o único familiar que ela pode receber foi o padre Vicente, em Cravinhos. Ele faleceu em 1999.

Sobre os acontecimentos, senti muita humildade da minha irmã. Ela não gostava que tocassem no assunto. Mas quando perguntada, respondia, dizendo que perdoava a todos. Dizia: ‘Já me esqueci, não quero me lembrar disso.’ E havia uma vontade dela, de não regressar mais ao País; no começo, ele falava em voltar. Mas viveu 14 anos lá. Esteve aqui para depor na Auditoria Militar. É preciso destacar que os prelados brasileiros, principalmente d. Paulo Evaristo, d. Picão, d. Angélico, também foram muito importantes no amparo a Maurina nesse momento.

Eu acredito que a irmã foi inocente em tudo isso do que a acusam. Ela veio de uma família humilde, trabalhou como religiosa por Araraquara, em Gaspar (Santa Catarina), teve três formaturas. Mas ela

guardava inocência diante de tudo isso. Ela descobriu os acontecimentos depois que eles se deram. Ela foi pega como inocente útil. Esse foi e é o pensamento geral da nossa família. Alguns foram contrários a este livro, mas eu sou favorável.

Meu sobrinho Edson pode contribuir também sobre como ele viveu aquele período com a tia Maurina;

‘Eu morava em Ribeirão Preto. E ela sempre me convidava para participar daquelas reuniões com os jovens do Lar Santana. Mas eu nunca fui. Sempre fui mais tímido e adiava. Não me apegava a esses movimentos. Ela era humana, caridosa, maravilhosa. E em tudo o que ela passou, agiu com simplicidade, talvez para acobertar as outras pessoas, das quais ela nem sabia. Mas como o coração dela falava mais alto, ela se unia, como Jesus, que veio a este mundo e O mataram. Eu não tive contato algum com ela. Ela foi presa e eu, psicologicamente, percebia que também era perseguido. Eu sentia. Porque eu trabalhei na Rua Amador Bueno, na Selaria São José, e eles me seguiram várias vezes. Eu disfarçava, porque não tinha nada a ver com o fato. Não fui importunado, não fui aborrecido, não fui interrogado.’”

DESMISTIFICANDO

A família numerosa uniu-se em torno do drama de Maurina. Até sua partida para o México, a religiosa recebeu a visita dos irmãos de sangue e do clero. De lá, foi transferida para o presídio Tiradentes, em São Paulo, e mais tarde para o presídio feminino de Tremembé, onde conheceu d. Evaristo Arns, então bispo auxiliar da Região Norte de São Paulo. Em Tremembé, viu estarecida, pela TV, na noite de 13 de março, seu nome ser anunciado como um dos presos a serem banidos do país, trocados pelo cônsul japonês.

Antes do embarque, assinou perante o diretor geral do Departamento dos Institutos Penais do Estado, de duas freiras e de d. Evaristo, declaração na qual afirmava não conhecer qualquer dos presos incluídos na lista e não ser de sua vontade viajar para o México. Às 13h, o grupo foi levado para o aeroporto. Alguns irmãos, avisados, chegaram

para a despedida.

No México, Maurina foi acolhida pelas Irmãs de São José de Léon. A provincial Maria Anunciação Aguillar foi buscá-la no hotel e a levou para trabalhar na livraria da congregação. Nesse mesmo ano, madre Maristella, sua provincial no Brasil, foi visitá-la, bem como d. Evaristo.

De volta ao país, depois da anistia, em 1979, madre Maurina foi para o interior de São Paulo, junto à sua congregação, das irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição.

Atrocidades levaram o ex-arcebispo a se tornar um ativista contra a tortura. Dizendo ele: “Foi uma ajuda decisiva!”. Aos 82 anos, aposentado de suas funções de cardeal arcebispo de São Paulo, dom Evaristo Arns tem em sua biografia o mérito de, junto com o pastor protestante James Wright, organizar aquele que é o maior registro das atrocidades cometidas durante o regime de exceção. O livro *Tortura Nunca Mais*, editado por eles, reúne todos os nomes dos torturadores citados nos inquéritos e depoimentos dos presos políticos, e se tornou fonte de pesquisa essencial para os que desejam conhecer até onde foram as atividades dos que agiram nos porões da ditadura.

A esse trabalho, ele agregou o fato de ter sido incansável nas negociações entre os generais, o clero e a sociedade civil para livrar da tortura inúmeros presos prestes a “desaparecer”. Um fato foi decisivo para colocá-lo em favor dessa causa: a prisão da irmã Maurina Borges da Silveira, em Ribeirão Preto, que acompanhou de perto.

Com o bispo dom Felício de Vasconcelos, ele influenciou em sua transferência para a capital, onde ficaria instalada na prisão feminina do Bom Pastor, em Tremembé. Hoje, 34 anos depois, dom Evaristo ainda mal consegue ouvir o relato da violência descrita por Maurina, em carta enviada ao então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, e cujo teor desconhecia. Ao ouvir a leitura, sentenciou: “Está na hora de se restabelecer a verdade. Chega de boatos em torno dessa história. Isso merece ser publicado na íntegra”.

O “isso” a que se refere são as cenas que Maurina reproduziu, em detalhes, para o ministro, acontecidas nas madrugadas da cadeia de Ribeirão, e que deram margem a que dissessem que sua troca pelo

cônsul japonês foi a pedido da Igreja, por ela estar grávida e não poder abortar. Ficar no país seria suportar o escândalo de ter de dar à luz o filho de um torturador.

Dom Paulo desmente a gravidez, mas, pela primeira vez, admite as sevícias.

“Não negarei as evidências das sevícias sexuais, pois isso fica demonstrado na carta dela e no depoimento das presas que estavam com ela em Ribeirão e também passaram por esses horrores. Mas posso garantir que ela não engravidou, pois jamais cometeria um aborto, o que não é permitido pela Igreja. Estive com a irmã todos os dias na prisão, enquanto estive em São Paulo, e fui duas vezes ao México visitá-la, acompanhar o seu processo de adaptação. Isso não é coisa que não se perceba. Nunca a encontrei diferente da sua aparência normal. Sobre as sevícias, ela deve ter ficado constrangida, e nada me disse”.

Arfante, como se afogado em informações cruas demais para quem já viu e ouviu tanto, d. Evaristo relembrou a chegada da madre a São Paulo:

“Acompanhei todo esse processo, mas, nas várias vezes em que estive com a irmã, reservadamente, respeitei a sua dor e não pedia que me relatasse nada. Sei que em Ribeirão Preto as atrocidades foram sem propósito. A ponto de o meu irmão e amigo dom Felício Vasconcelos pedir a excomunhão dos dois delegados que permitiram que a seviciassem. D. Felício era um gaúcho bravo, temido pelos militares. O que contam é que ele pegou um cavalo e foi para a praça gritando que o que estavam fazendo com a madre os colocaria, a todos, no inferno. Em seguida, os excomungou”.

O cardeal aproveita para desmentir também que a inclusão do nome de Maurina Borges da Silveira na lista de presos trocados pelo cônsul do Japão tenha sido feita com a participação da Igreja:

“Não foi. Está na hora de acabar com as mentiras e os boatos que rondam esse episódio. Penso que a inclusão do seu nome na lista de trocados pelo cônsul japonês se deve aos próprios militares. Eles queriam, naquele momento, demonstrar para a opinião pública o quanto a Igreja estava comprometida com a causa. Essa foi a forma de desmoraliz-

zar os religiosos, exibindo-os como terroristas, numa espécie de vingança. Ela era mulher e freira. Isso chamava a atenção mais que tudo. Era como estivessem dizendo: “Olha, precisamos agir, pois até as freiras já estão metidas nisso.” Sou favorável a que se publique tudo isso para darmos a ideia precisa aos jovens e à sociedade em geral, de até onde eles foram capazes de desrespeitar as leis e aviltar a dignidade humana”.



Foto: Francisco, de bermuda, em Goiânia, na presença de Irmã Maurina.
Acervo da família.

JORNALISTA MÁRIO OSAWA*
(Guerrilheiro Mário Japa)

Uma estranha entre banidos
Chizuo Osava (Mario)*

Ela parecia atordoada ao chegar ao México, em março de 1970. Em poucos meses sua vida sofrera mais do que uma reviravolta. Da vida religiosa à prisão e, em seguida, da sua ainda provinciana Ribeirão Preto a um exílio noutro país em ebulição, de gente e língua diferentes. A Cidade do México já era uma metrópole do porte da Grande São Paulo, com sete milhões de habitantes ou 32 vezes a população de Ribeirão Preto. A veemência da retórica antiamericana da população local era de fazer inveja aos nacionalistas brasileiros.

Madre Maurina relutou muito em denunciar as torturas sofridas. Para decidir-se, foi importante o diálogo com o Padre Lage (Francisco Lage Pessoa), o pároco dos pobres de Belo Horizonte, que havia se exilado no México anos antes, logo após o golpe militar de 1964 e também prisão e torturas. Entre religiosos havia pelo menos um vocabulário e premissas comuns.

Era uma típica freira, discreta, que de repente ganhava celebridade internacional por estar no grupo de cinco presos trocados pelo consul japonês Nobuo Okuchi, sequestrado pela Vanguarda Revolucionária Popular (VPR) em São Paulo. Tornou-se assim uma das 130 pessoas banidas do Brasil pela ditadura, uma pena adicional imposta por decreto aos libertados em troca de diplomatas sequestrados por organizações guerrilheiras.

O que era um prêmio e uma vitória para nós, militantes da VPR e da ALN (Ação Libertadora Nacional) retirados do cárcere para voltar à luta, para Madre Maurina era motivo de perplexidade, um choque definitivo.

Nos seus relatos sobre a violência sofrida na prisão, dizia terem lhe doído mais as ofensas morais, os palavrões e blasfêmias proferi-

das pelos policiais. Relutou em descrever torturas físicas nas conversas com as pessoas que nos receberam no México e nas entrevistas aos jornalistas. Nada mencionou que justificasse os rumores de que teria sido estuprada e que disso teria resultado um filho oculto. Soam como uma continuação da tortura contra quem tem na moral o seu nervo mais sensível.

Para ela foi uma surpresa total sua inclusão numa lista limitada de cinco beneficiados pelo sequestro. Não via justificativa para tal decisão. De repente era envolvida numa ação que excluía regressos, levada a um exílio nunca imaginado, privada da nacionalidade e convertida em representante involuntária de um clero perseguido no Brasil.

Era evidente que os guerrilheiros pretendiam, com sua libertação, denunciar ao mundo a repressão e tortura que sofriam inclusive religiosos, manifestar solidariedade e comunhão de objetivos com a igreja progressista, a da opção preferencial pelos pobres. Já havia padres presos e assassinados no Brasil, até de alguns expulsos por serem estrangeiros, sob acusação de conspirar contra o poder.

A época estimulava convicções inamováveis, riscos extremados. A guerra fria, internamente levada ao paroxismo pelos militares, não tolerava meios termos, condenava vias moderadas, num maniqueísmo absoluto. Um terreno fértil para o confronto violento, o surgimento da luta armada. Era uma opção tão audaciosa e temerária, beirando o suicídio, que só podia obter a adesão de quem acreditava num mundo melhor e vislumbrava a possibilidade da revolução. A metodologia e as táticas de guerrilha, com os exemplos vitoriosos de Cuba, Vietnã e lutas africanas, entre outros, ofereciam os instrumentos para a empreitada. Um certo marxismo e certas interpretações das revoluções ocorridas conduziam à convicção de entrega total à causa.

Movia a militância insurgida em armas tanto o fechamento da participação política como a visão de que a ditadura impunha à nação um capitalismo selvagem, construindo uma desigualdade social insustentável, um abismo entre as classes que geraria as tais condições objetivas para a revolução socialista.

A recessão económica, o desemprego e o agravamento da pobre-

za provocados pelas medidas anti-inflacionarias da gestão económica da ditadura, no seus primeiros anos, alimentou o clima de descontentamento propício a rebeliões.

A igreja, melhor dito a educação religiosa cristã, que era generalizada na sociedade brasileira até aquela época, inclusive na educação formalmente laica, também teve seu papel na indução revolucionária daquela geração. Não por acaso muitos padres, especialmente dominicanos, engrossaram as listas dos torturados, em alguns casos por efetivo envolvimento com os grupos guerrilheiros.

Os valores e atitudes pregados pela religião, como amor ao próximo, caridade, solidariedade e dignidade humana não são compatíveis com o capitalismo. A base económica atua no sentido contrario e prevalece, estimulando o egoísmo, a competição, a exploração dos demais e daí as tiranias em nome de interesses privados. É o que fui concluindo intuitivamente, até que o marxismo me ofereceu respostas que tiveram a força de uma revelação, da iluminação. Suponho que, naquela época agitada, de questionamentos em todas as dimensões, um processo similar tenha sido comum a muitos jovens. As crises de fé religiosa entre adolescentes naqueles meados do século passado eram um fenómeno generalizado, registrado na literatura.

Mas muitos religiosos chegaram à militância revolucionária e ou outras formas de luta contra as injustiças sociais por trilhas próprias. Elaboraram a Teologia da Libertação, disseminaram comunidades eclesiais de base e redes de apoio aos perseguidos, de denúncias e registro das atrocidades cometidas pelas ditaduras latino-americanas. Alguns aderiram à guerrilha. O mais famoso deles, o colombiano Camilo Torres, morreu em combate em 1966.

É nesse caldeirão que empurrava pessoas normais, inteligentes, solidárias, a destinos hoje inimagináveis, no mundo e no Brasil, que Madre Maurina se tornou um símbolo da ação contra injustiças e a ditadura, sem ter abraçado a luta armada nem renunciado aos compromissos religiosos. A libertação pelo sequestro, na companhia de estranhos ao seu mundo, não abalou suas opções. Mas ampliou seu protagonismo num mundo que desde os anos 60 acelerou a multipli-

cação (ou fragmentação, segundo os saudosistas) dos bons combates, com a afirmação da diversidade de gêneros, etnias, culturas, modos de vida, de comunidades e identidades.



Foto: Frei Manoel e familiares, em festa de aniversário, na presença de Irmã Maurina. Acervo da família.

*Brasileiro, nascido em Arceburgo/MG, cresceu nas roças do norte de São Paulo, acompanhando o Rio Grande; estudou jornalismo um ano e meio, desistiu; um semestre de filosofia, desistiu. Entrou na luta armada, não por más companhias, porque fez a opção solitariamente e acabou aderindo à VPR. Achava que a única forma de acabar com as injustiças sociais seria uma revolução, cujo caminho possível, na época, era a guerrilha, uma forma dos oprimidos enfrentarem forças muito mais poderosas.

